

Relatório

Demonstrações Financeiras

2025

Copacol Coopera
Sempre

Valter Pitol
Diretor-presidente

James Fernando de Moraes
Diretor vice-presidente

Silvério Constantino
Diretor-secretário

Conselho de Administração:

Andrei Buss
Elder Cândido Gabriel
Genézio Clemente
Gilberto Francisco Hernandez

Ítalo Rafael Sirico
João Alves Rodrigues
José Moraes da Silva Filho
Lourival Malagutti

Luiz Antônio Della Valentina
Miguel Motter
Sérgio Luiz Squizzato
Waldemar de Ré

Conselho Fiscal Efetivos:

Alex Bini Ferreira
Jelci Lucia de Ré Motta
Paulo Oenning

Conselho Fiscal Suplentes:

Célio Baldussi
Nélida Mara Guerreiro
Paulo José da Silva



Sumário

03

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

07

Balanços patrimoniais

09

Demonstrações de sobras ou perdas

10

Demonstrações do resultado abrangente

11

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

12

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

13

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas



KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Conselheiros e Diretores da
Copacol – Cooperativa Agroindustrial Consolata
Cafelândia – Paraná

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Copacol – Cooperativa Agroindustrial Consolata (“Cooperativa” ou “Grupo”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Copacol – Cooperativa Agroindustrial Consolata em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Cooperativa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa e suas controladas.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras,



KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 27 de janeiro de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428.O-6 F-PR

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'J' and 'S' intertwined, with a horizontal line extending to the right.

Josiane Aparecida de Lima Santos
Contadora CRC PR 058367/O-6

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	9	2.030.126	1.564.839	2.040.810	1.573.851
Aplicações financeiras	9	-	312.821	-	312.821
Contas a receber	10	1.384.894	1.491.664	1.385.617	1.492.180
Impostos a recuperar	11	111.920	90.557	112.601	91.121
Adiantamento a fornecedores		209.089	221.453	208.583	220.249
Instrumentos financeiros derivativos	36	66.831	122.750	66.831	122.750
Outros créditos a receber		243.634	277.347	248.753	281.118
Estoques	12	1.793.789	1.617.505	1.793.789	1.617.505
Ativo biológico	13	402.300	377.538	402.300	377.538
Total do ativo circulante		6.242.583	6.076.474	6.259.284	6.089.133
Aplicações financeiras	9	22.583	-	22.583	-
Contas a receber	10	22.820	32.405	22.983	32.412
Impostos a recuperar	11	145.281	177.531	145.703	177.874
Impostos diferidos	25	20.819	17.997	20.819	17.997
Investimentos	14	188.494	175.296	174.516	163.809
Imobilizado	15	3.002.822	2.679.902	3.010.781	2.687.684
Ativo biológico	13	311.350	290.817	311.350	290.817
Direito de uso	35	369.420	424.683	369.420	424.683
Intangível	16	107.988	105.240	110.956	109.676
Total do ativo não circulante		4.191.577	3.903.871	4.189.111	3.904.952
Total do ativo		10.434.160	9.980.345	10.448.395	9.994.085

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Passivo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Débito com cooperados e não cooperados	17	1.794.936	1.569.997	1.794.936	1.569.997
Fornecedores	18	707.208	662.227	709.039	664.100
Empréstimos e financiamentos	19	728.793	1.403.751	730.098	1.404.479
Obrigações sociais e tributárias	20	38.999	35.337	39.582	35.754
Obrigações com pessoal	21	159.018	157.548	159.620	158.140
Instrumentos financeiros derivativos	36	99.922	165.704	99.922	165.704
Contas a pagar de arrendamento	35	80.063	74.965	80.063	74.965
Outros débitos a pagar	22	59.634	148.965	64.586	152.828
Total do passivo circulante		3.668.573	4.218.494	3.677.846	4.225.967
Fornecedores	18	8.756	78.663	9.921	80.808
Empréstimos e financiamentos	19	1.953.055	1.577.556	1.956.824	1.581.654
Provisão para contingências	24	184.044	147.332	184.044	147.332
Instrumentos financeiros derivativos	36	2.580	17.998	2.580	17.998
Contas a pagar de arrendamento	35	308.422	368.579	308.422	368.579
Outros débitos a pagar	22	13.320	11.743	13.320	11.743
Total do passivo não circulante		2.470.177	2.201.871	2.475.111	2.208.114
Patrimônio líquido	26				
Capital social realizado		205.844	182.598	205.845	182.608
Reserva estatutária		1.778.998	1.526.813	1.778.998	1.526.813
Reserva especial		498.073	293.832	498.073	293.832
Reserva para cobertura de riscos e autosseguro		116.749	-	116.749	-
Reserva de capital		1.467.551	1.293.782	1.467.551	1.293.782
Ajuste de avaliação patrimonial		82.580	85.177	82.580	85.177
Contabilidade de <i>hegde</i>		(10.109)	(32.299)	(10.109)	(32.299)
Sobras do exercício		155.724	210.077	155.751	210.091
Total do patrimônio líquido		4.295.410	3.559.980	4.295.438	3.560.004
Total do passivo e patrimônio líquido		10.434.160	9.980.345	10.448.395	9.994.085

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

				Controladora		Consolidado	
	Nota explicativa	Cooperados	Não Cooperados	2025	2024	2025	2024
Ingressos e receitas operacional líquidas	27	9.503.800	964.498	10.468.298	10.170.407	10.492.542	10.192.495
(-) Dispendios e custos das vendas e serviços	28	(7.574.020)	(768.652)	(8.342.672)	(7.789.812)	(8.354.180)	(7.800.110)
Resultado com instrumentos financeiros	36.d	(43.563)	(4.421)	(47.984)	(21.880)	(47.984)	(21.880)
Sobra e lucro bruto operacional		1.886.217	191.425	2.077.642	2.358.715	2.090.378	2.370.505
Dispendios e despesas		(967.133)	(98.861)	(1.065.994)	(1.306.687)	(1.075.891)	(1.315.621)
Dispendio e despesas comerciais	29	(501.860)	(50.931)	(552.791)	(524.022)	(553.320)	(524.585)
Dispendio e despesas administrativas	30	(359.049)	(36.438)	(395.487)	(481.027)	(399.487)	(484.872)
Dispendio e despesas com pessoal	31	(357.693)	(36.301)	(393.994)	(360.709)	(398.972)	(364.875)
Dispendio e despesas com conselho administrativo e fiscal		(3.676)	(373)	(4.049)	(3.937)	(4.049)	(3.937)
Dispendio e despesas tributárias		(22.400)	(2.273)	(24.673)	(29.005)	(25.053)	(29.498)
Outros dispendios e ingressos operacionais	32	277.545	27.455	305.000	92.013	304.990	92.146
Resultado antes do resultado financeiro, e equivalência patrimonial e impostos		919.084	92.564	1.011.648	1.052.028	1.014.487	1.054.884
Resultado financeiro		(93.339)	20.635	(72.704)	(237.889)	(71.934)	(237.597)
Ingressos e receitas financeiras	33	221.329	355.834	577.163	485.701	578.527	486.483
(-) Dispendios e despesas financeiras	33	(314.668)	(335.199)	(649.867)	(723.590)	(650.461)	(724.080)
Resultado de equivalência patrimonial	14	2.576	261	2.837	2.558	-	-
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		828.321	113.460	941.781	816.697	942.553	817.287
Tributos sobre os lucros		-	(32.149)	(32.149)	(11.709)	(32.875)	(12.288)
Imposto de renda e contribuição social correntes	25	-	(34.971)	(34.971)	(29.706)	(35.697)	(30.285)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	-	2.822	2.822	17.997	2.822	17.997
Sobra e lucro líquido do exercício		828.321	81.311	909.632	804.988	909.638	804.993
Sobra e lucro líquido do exercício atribuído aos:							
Controladores						909.632	804.988
Não controladores						6	5

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Sobra e lucro líquido do exercício	909.632	804.988	909.638	804.993
Outros resultados abrangentes - Item que pode ser classificado para o resultado				
Contabilidade de <i>hedge</i>	(10.109)	(32.299)	(10.109)	(32.299)
Resultado abrangente total	899.523	772.689	899.529	772.694

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

		Reserva de lucros								
		Capital social	Reserva estatutária	Reserva especial	Reserva para cobertura de riscos e autosseguro	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Contabilidade de hedge	Sobras do exercício	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024	Nota Explicativa	159.387	1.229.964	168.018	-	1.128.079	87.696	3.784	124.090	2.901.018
Pagamento das sobras 2023	26.b	-	-	-	-	-	-	-	(124.090)	(124.090)
Sobras/lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	804.989	804.989
Retenção para aumento de capital	26.a	31.305	-	-	-	-	-	-	-	31.305
Integralização de capital de novos cooperados	26.a	66	-	-	-	-	-	-	-	66
Baixa de capital (demissão, exclusão e eliminação)	26.a	(1.696)	-	-	-	-	-	-	-	(1.696)
Baixa de capital (cooperados com mais 55 anos)	26.a	(6.464)	-	-	-	-	-	-	-	(6.464)
Retirada de fates			(6.892)	-	-	-	-	-	-	(6.892)
Aumento de reserva - Fates Cotriguaçu		-	7.126	-	-	-	-	-	-	7.126
Realização ajuste avaliação patrimonial	26.e	-	2.519	-	-	-	(2.519)	-	-	-
Contabilidade de hedge	26.f	-	-	-	-	-	-	(36.083)	-	(36.083)
		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição do resultado		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	26.a	-	-	-	-	-	-	-	(9.299)	(9.299)
Subvenções governamentais	26.d	-	-	-	-	165.703	-	-	(165.703)	-
Constituição/Reversão reserva especial	26.c	-	-	125.814	-	-	-	-	(125.814)	-
Resultado de equivalência patrimonial	14.b	-	2.558	-	-	-	-	-	(2.558)	-
Aumento de reserva - sobras Frimesa		-	579	-	-	-	-	-	(579)	-
Aumento de reserva - sobras Cotriguaçu		-	995	-	-	-	-	-	(995)	-
Aumento do Fates - resultado com terceiros	26.b	-	33.204	-	-	-	-	-	(33.204)	-
Aumento do Fates - 10%	26.b	-	46.684	-	-	-	-	-	(46.684)	-
Fundo de reserva legal - 20%	26.b	-	93.367	-	-	-	-	-	(93.367)	-
Reserva de desenvolvimento - 25%	26.b	-	116.709	-	-	-	-	-	(116.709)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		182.598	1.526.813	293.832	-	1.293.782	85.177	(32.299)	210.077	3.559.980
		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamento das sobras 2024	26.b	-	-	-	-	-	-	-	(210.077)	(210.077)
Sobras/lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	909.632	909.632
Retenção para aumento de capital	26.a	33.059	-	-	-	-	-	-	-	33.059
Integralização de capital de novos cooperados	26.a	7	-	-	-	-	-	-	-	7
Baixa de capital (demissão, exclusão e eliminação)	26.a	(1.963)	-	-	-	-	-	-	-	(1.963)
Baixa de capital (cooperados com mais 55 anos)	26.a	(7.857)	-	-	-	-	-	-	-	(7.857)
Retirada de fates		-	(6.584)	-	-	-	-	-	-	(6.584)
Aumento de reserva - Fates Cotriguaçu		-	7.652	-	-	-	-	-	-	7.652
Realização ajuste avaliação patrimonial	26.e	-	2.610	-	-	-	(2.597)	-	-	13
Contabilidade de hedge	26.f	-	-	-	-	-	-	22.190	-	22.190
		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição do resultado		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	26.a	-	-	-	-	-	-	-	(10.642)	(10.642)
Subvenções governamentais	26.d	-	-	-	-	173.769	-	-	(173.769)	-
Constituição/Reversão reserva especial	26.c	-	-	204.241	-	-	-	-	(204.241)	-
Constituição de reserva para cobertura de riscos e autoss	26.c	-	-	-	116.749	-	-	-	(116.749)	-
Resultado de equivalência patrimonial	14.b	-	2.836	-	-	-	-	-	(2.836)	-
Aumento de reserva - sobras Frimesa		-	1.039	-	-	-	-	-	(1.039)	-
Aumento do Fates - resultado com terceiros	26.b	-	54.302	-	-	-	-	-	(54.302)	-
Aumento do Fates - 10%	26.b	-	34.605	-	-	-	-	-	(34.605)	-
Fundo de reserva legal - 20%	26.b	-	69.211	-	-	-	-	-	(69.211)	-
Reserva de desenvolvimento - 25%	26.b	-	86.514	-	-	-	-	-	(86.514)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025		205.844	1.778.998	498.073	116.749	1.467.551	82.580	(10.109)	155.724	4.295.410

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota				
	Explicativa	2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		909.632	804.988	909.638	804.993
Ajustes para:					
Depreciação e amortização	13, 15 e 16	341.015	345.141	345.316	349.320
Depreciação direito de uso	28 e 30	58.984	59.847	58.984	59.847
Resultado na alienação de imobilizado	15	62.112	12.317	62.112	12.317
Perda esperada do contas a receber	10	64	46.511	64	46.511
Provisão para deságio de ICMS	11	-	(4.045)	-	(4.045)
Provisão para contingências	24	36.712	116.638	36.712	116.638
Instrumentos financeiros derivativos	36	12.680	(91.344)	12.680	(91.344)
Juros e variação cambial apropriados	19	271.933	361.914	271.933	361.914
Resultado de equivalência patrimonial	14	(2.837)	(2.558)	-	-
Juros sobre direito de uso	35	14.692	15.436	14.692	15.436
Provisões para perdas em investimentos		-	3.979	-	3.979
Imposto de renda e contribuição social		34.971	29.706	35.697	30.285
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(2.822)	(17.997)	(2.822)	(17.997)
Outras provisões		481	481	-	-
		1.737.617	1.681.014	1.745.006	1.687.854
Variações nos ativos e passivos					
Aplicações financeiras	9	290.238	136.072	290.238	136.072
Contas a receber	10	116.291	(240.357)	115.928	(240.381)
Tributos a recuperar	11	10.887	44.403	10.691	44.203
Adiantamento a fornecedores		12.364	(14.584)	11.666	(14.909)
Estoques	12	(176.284)	(122.564)	(176.284)	(122.564)
Ativo biológico	13	(74.354)	1.781	(74.354)	1.781
Outros ativos		33.713	(112.432)	32.365	(113.902)
Débito com cooperados e não cooperados	17	247.356	204.293	214.297	172.988
Fornecedores	18	(118.670)	(1.886)	(119.692)	(2.549)
Obrigações sociais e tributárias	20	840	(13.015)	278	(13.635)
Obrigações com pessoal	21	1.470	30.322	1.480	30.464
Outros débitos a pagar	22	(87.754)	74.521	(53.606)	107.322
		256.097	(13.446)	253.007	(15.110)
Impostos pagos sobre o lucro		(32.149)	(11.928)	(32.149)	(11.928)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		1.961.565	1.655.640	1.965.864	1.660.816
Fluxo de caixa de atividades de investimento					
Aquisições de imobilizado	15	(503.258)	(438.053)	(505.970)	(440.566)
Aquisições de intangível	16	(21.806)	(94.570)	(22.104)	(95.135)
Aquisição de ativo biológico		(96.699)	(195.469)	(96.699)	(195.469)
Aquisição de investimento em sociedades não cooperativas	14	(250)	-	-	2
Aumento de investimento em sociedades cooperativas	14	(10.592)	(9.158)	(10.707)	(9.291)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento		(632.605)	(737.250)	(635.480)	(740.459)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento					
Financiamentos bancários tomados	19	1.225.352	1.441.465	1.225.600	1.443.947
Financiamentos bancários - principal e juros pagos	19	(1.796.744)	(1.822.426)	(1.796.744)	(1.823.154)
Pagamento de arrendamento	35	(73.472)	(75.013)	(73.472)	(75.013)
Integralização de capital de novos cooperados	26	7	66	7	66
Baixa de capital de cooperados	26	(9.820)	(8.160)	(9.820)	(8.160)
Aumento de reservas líquida	26	1.081	234	1.081	234
Pagamento de sobras	26	(210.077)	(124.090)	(210.077)	(124.090)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de financiamento		(863.673)	(587.924)	(863.425)	(586.170)
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		465.287	330.466	466.959	334.187
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	9	1.564.839	1.234.373	1.573.851	1.239.664
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	9	2.030.126	1.564.839	2.040.810	1.573.851

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Copacol – Cooperativa Agroindustrial Consolata (“Cooperativa”, “Cooperativa e suas controladas” ou “Grupo”), com sede na rua Desembargador Munhoz de Melo, nº 176, na cidade de Cafelândia – PR, é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, que tem como objetivo social a congregação dos seus sócios para o exercício de suas atividades econômicas, sem objetivo de lucro. A entidade é regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista do país.

A Copacol atua no recebimento, secagem, beneficiamento, armazenagem, industrialização e comercialização da produção dos cooperados, com destaque para os produtos soja, milho, trigo, café, aves, suínos, leite, peixes, sementes, rações, óleos e farelo de soja, comercialização de insumos agropecuários, supermercados e prestação de serviços, visando o desenvolvimento e a melhoria das condições socioeconômicas dos seus cooperados.

Para atender a demanda da produção de seus cooperados, a Copacol possui uma estrutura operacional, como o parque industrial, unidades de recebimento e armazenagem de produtos agrícolas, centro de pesquisa agrícola, laboratório de análise, unidades de produção e unidades comerciais de vendas de produtos, mercadorias e serviços.

2 Entidades controladas

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem a Cooperativa e suas controladas, conforme lista abaixo:

Participação acionária em %			
	País	2025	2024
Constel Tecnologia Ltda.	Brasil	99,80	99,80
Copfrio Locação de Armazéns Frig. Ltda.	Brasil	100,00	100,00
Copacol Corretora de Seguros Ltda.	Brasil	100,00	-

Constel Tecnologia Ltda.

A Constel Tecnologia Ltda. está localizada a rua Pará, nº 812, bairro Country, cidade de Cascavel/PR, tendo por objeto social a importação, exportação, comércio varejista de equipamentos de informática e telecomunicações, serviços de hospedagem, monitoração, administração, operação e gerência de equipamentos de processamento de dados e programas de computador, prestação de serviço multimídia e acesso à rede mundial de internet, serviços de projetos, montagem, instalação, manutenção, locação e assistência técnica de equipamentos de informática, computadores e periféricos, comunicações e telecomunicações, execução e manutenção de redes telefônicas e de comunicações de dados externas e prediais; licenciamento de programas de computadores customizados e não customizados; provedores de voz sobre protocolo internet – VOIP; e representação comercial.

Copfrio Locação de Armazéns Frigoríficos Ltda.

A Copfrio Locação de Armazéns Frigoríficos Ltda. está localizada no trecho 10, lote 5, pavilhão b/5, zona industrial (Guará), Cidade de Brasília/DF, tendo como objeto social o aluguel de câmaras frigoríficas, máquinas e equipamentos.

Copacol Corretora de Seguros Ltda.

A Copacol Corretora de Seguros Ltda., está localizada na Av Desembargador Munhoz de Mello, nº 176, sala 3, centro, na cidade de Cafelândia/PR, tendo como objeto social a corretagem de seguros, de planos de previdência complementar e de saúde.

3 Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e disposições específicas aplicadas as sociedades cooperativas contidas na Lei 5.764/71, bem como nas interpretações técnicas contidas no ITG 2004 – Entidades Cooperativas.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 27 de janeiro de 2026.

Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na nota explicativa 7.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, ingressos e receitas, dispêndios e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 7(p) – prazo de arrendamento: se o Grupo tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem riscos significativos de resultar em ajustes materiais dos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 10 – mensuração de perda de crédito esperada nas contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada da perda;
- Nota explicativa 17 – determinação do valor justo dos débitos de associados relacionados aos estoques a fixar e à provisão para fixação;
- Nota explicativa 36 – determinação de valor justo dos instrumentos financeiros derivativos.

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas contábeis aplicáveis, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Cooperativa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *Inputs*, exceto os preços cotados incluindo nível 1, que são observáveis para ativos e passivos, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 17 – Débito com cooperados e não cooperados; e
- Nota explicativa 36 – Instrumentos financeiros.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos, estoque de produtos agrícolas, débito de associados relacionados aos estoques a fixar, provisão para fixação cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo.

7 Principais políticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, salvo indicação ao contrário.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Investimento em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo em sociedades não-cooperativas foram contabilizados pelo método da equivalência patrimonial e compreendem suas participações em controladas.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(iii) Investimentos em entidades Cooperativas contabilizados pelo método de custo

Os investimentos do Grupo em sociedades cooperativas foram avaliados pelo custo de aquisição e refletem o valor de realização do investimento, conforme requerido pelo ITG 2004 – Entidade Cooperativa.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real, que é a moeda funcional da Cooperativa, pela taxa de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

(ii) Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

c. Reconhecimento de Receita

A receita operacional é reconhecida de acordo com os preceitos do CPC 47 “Receita de contratos com Clientes” que estabelece que a receita seja reconhecida quando (i) a obrigação de desempenho é cumprida, ou sejam, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada transação é transferido ao cliente, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Cooperativa, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de descontos comerciais e bonificações.

O momento da transferência do controle varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. Para venda de produtos agroindustriais, a transferência normalmente ocorre no carregamento dos produtos pelo transportador (modalidade FOB) ou quando o produto é entregue no armazém do cliente (modalidade CIF); entretanto, para alguns embarques internacionais, a transferência do controle ocorre mediante o carregamento das mercadorias no respectivo navio localizado no porto. Geralmente, o comprador não tem direito de devolução para tais produtos.

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo-se como base a etapa de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente.

d. Obrigações com associados e fornecedores

São originadas por aquisições de bens ou serviços no exercício das atividades operacionais e reconhecidas aos valores de negociação. Os produtos ainda não fixados estão provisionados pelo preço de compra praticado pela Cooperativa na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

e. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações e benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidos como despesas com pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Cooperativa tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

f. Subvenção e assistências governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receitas diferidas pelo seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que o Grupo irá cumprir as condições associadas com a subvenção e são posteriormente reconhecidas no resultado como “Ingressos e receitas operacionais líquidas” para as subvenções da Lei Brandão.

g. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicação financeira, variação cambial ativa, ajuste a valor presente, juros recebidos e descontos obtidos que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com descontos concedidos, variação cambial passiva e despesas com juros de empréstimos e financiamentos e direito de uso.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

h. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável resultado das operações não cooperadas excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício decorrente das operações com não cooperados. O resultado das operações com cooperados não são tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

i. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados a custo de formação, conforme nota explicativa 13.

j. Estoques

Os insumos, matérias-primas, mercadorias para revenda e almoxarifados, foram avaliados pelo método de custo de aquisição, líquidos de seus impostos recuperáveis, não excedendo seu valor realizável líquido.

Os produtos agrícolas, quando não utilizados para consumo interno, são avaliados pelo valor justo, considerando o preço de fechamento no encerramento do exercício, líquidos de seus impostos recuperáveis não excedendo seu valor realizável líquido.

Os produtos agrícolas a fixar foram avaliados pelo valor justo considerando o preço de fechamento do exercício.

Os produtos industriais foram avaliados pelo custo médio de produção, líquido dos impostos recuperáveis, não excedendo o valor realizável líquido.

k. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Edifícios e benfeitorias	25 a 30 anos
Poços artesianos	25 anos
Máquinas e equipamentos	03 a 25 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	20 anos
Aparelhos de comunicação	5 anos
Veículos	05 a 11 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Máquinas e implementos agrícolas	04 a 10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

l. Ativos intangíveis e ágio

(i) Reconhecimento e mensuração

Ágio

O ágio decorre da aquisição da Tilápia Pisceis Produtos da Aquicultura Ltda. e da Copfrio Locação de Armazens Frigoríficos Ltda., mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Marcas e patentes

As marcas e patentes possuem vida útil definida e testes de redução ao valor recuperável anuais são realizados de acordo com as práticas contábeis existentes.

Cadeia de fornecimento

Advindo da aquisição da Tilápia Pisces Produtos da Aquicultura Ltda e Terra Negra Ltda, refere-se aos relacionamentos que uma empresa mantém com seus fornecedores, através de um contrato formal ou relacionamentos recorrentes, são considerados como um ativo intangível, tendo em vista que geram um benefício econômico para a empresa e podem ser controlados por meios legais ou contratuais.

Carteira de clientes

Advindo da aquisição da Tilápia Pisces Produtos da Aquicultura Ltda, União Nativa Insumos Agrícolas Ltda, e Siloti Administração de Bens Ltda, refere-se aos relacionamentos que uma empresa mantém com seus clientes, através de um contrato formal ou relacionamentos recorrentes, são considerados como um ativo intangível, tendo em vista que geram um benefício econômico para a empresa e podem ser controlados por meios legais ou contratuais.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis compreendem os sistemas de informática (*softwares*) e licenças de uso destes, têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) *Gastos subsequentes*

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) *Amortização*

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio de marcas e patentes não é amortizado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Marcas e patentes	10 anos
Software	5 anos
Cadeia de fornecimento	5 anos
Carteira de clientes	1,6 a 9,6 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

m. Instrumentos financeiros

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Cooperativa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Cooperativa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Cooperativa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Cooperativa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos Financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos Financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Cooperativa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) *Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge*

O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

O Grupo designa certos derivativos como instrumentos de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio e de juros, além de determinados passivos financeiros derivativos e não derivativos como instrumentos de *hedge* de riscos cambiais de um investimento líquido em uma operação estrangeira.

No início das relações de *hedge* designadas, a Cooperativa documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. O Grupo também documenta a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* compensem-se mutuamente.

Hedges de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em ORA (outros resultados abrangentes) e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

O Grupo designa apenas as variações no valor justo do elemento spot dos contratos de câmbio a termo como instrumento de *hedge* nas relações de *hedge* de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio (forward points) é contabilizada separadamente como custo de *hedge* e reconhecida em uma reserva de custos de *hedge* no patrimônio líquido.

Quando a transação objeto de *hedge* prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido.

Com relação às outras transações objeto de *hedge*, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, ou o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos *hedges* de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de *hedge* permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de *hedge* de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros *hedges* de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de *hedge* não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são imediatamente reclassificados para o resultado.

n. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.
- O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:
- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e cooperados são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso e sem garantias que possam ser utilizadas para a sua realização.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma);
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias;
- as perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com créditos que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
- as perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, avalia-se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido, que em condições normais não seriam aceitas;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando não se tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais é adotada a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, é feita uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos de recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto ativos biológicos, propriedades para investimento, estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

o. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Provisões para contingências são reconhecidas apenas quando é provável que desembolsos de caixa ocorrerão e seu valor é determinado com base na estimativa das ações em curso.

As contingências de natureza fiscal, cível e trabalhista objeto de contestações judiciais são reavaliadas periodicamente e contabilizadas com base nas opiniões dos assessores jurídicos e da Administração sobre o provável desfecho dos processos judiciais nas datas de divulgação.

p. Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento:

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de informática. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

(ii) Como arrendador

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes.

Quando o Grupo atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, o Grupo faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, o Grupo considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Quando o Grupo é um arrendador intermediário, ele contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que o Grupo, como arrendatário, contabiliza aplicando a isenção descrita acima, ele classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional.

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, o Grupo aplicará o CPC 47 para alocar a contraprestação no contrato.

O Grupo aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 ao investimento líquido no arrendamento. O Grupo também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento.

O Grupo reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de 'outras receitas'.

q. Segregação do resultado com cooperados e não cooperados

As sobras e os resultados são segregados de acordo com os atos praticados com cooperados e não cooperados e apropriados em contas contábeis individualizadas. Havendo impossibilidade de apropriação direta de tais valores por serem comuns aos atos com cooperados e não cooperados, estes são rateados proporcionalmente de acordo com critérios estabelecidos pela Cooperativa. Para efeito de cálculo das sobras relativas aos cooperados e do resultado das operações com não cooperados foram adotados os seguintes critérios:

- Produtos agropecuários: a proporcionalidade do recebimento dos produtos de cooperados e não cooperados; e
- Bens de fornecimento: a proporcionalidade das vendas efetuadas a cooperados e não cooperados.

r. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 5 (b)).

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

CPC 26 (R2) – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

Substituirá o CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de sobras ou perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de sobras ou perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7); e
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

9 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

a. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e bancos	118.708	189.875	119.033	190.247
Numerário em trânsito	523	637	523	637
Aplicações financeiras	1.910.895	1.374.327	1.921.254	1.382.967
	<u>2.030.126</u>	<u>1.564.839</u>	<u>2.040.810</u>	<u>1.573.851</u>

As aplicações financeiras são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósitos Bancários - CDB e debêntures, remuneradas a taxa de 96,50% a 120% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (85% a 120% em 2024).

b. Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 as aplicações financeiras no montante de R\$ 22.583 (R\$ 312.821 em 2024) que não possuem liquidez imediata e não serão utilizadas nas atividades operacionais da Cooperativa dentro do período de três meses, encontram-se registradas na rubrica de aplicações financeiras no balanço patrimonial, cabe ressaltar que o montante de R\$ 22.583 possui vencimento superior a doze meses.

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários, remuneradas a taxas que variam, aproximadamente, entre 100% e 120% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (100% e 120% em 2024).

10 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Crédito de cooperados				
Duplicatas a receber	670.403	527.365	670.126	527.310
(-) Ajuste a valor presente	(104.438)	(80.584)	(104.438)	(80.584)
Financiamento a cooperados	2.626	605	2.626	605
Outros	10.734	11.455	10.734	11.455
(-) Perdas de crédito esperada	(53.177)	(52.748)	(53.177)	(52.748)
Crédito de não cooperados				
Duplicatas a receber	62.415	56.612	62.415	56.612
(-) Ajuste a valor presente	(2.678)	(3.058)	(2.678)	(3.058)
Outros	1.847	2.900	1.847	2.900
(-) Perdas de crédito esperada	(13.878)	(6.657)	(13.878)	(6.657)
Clientes				
Duplicatas a receber	902.575	1.136.358	903.738	1.136.936
(-) Ajuste a valor presente	(378)	(602)	(378)	(602)
Outros	6.824	15.170	6.824	15.170
(-) Perdas de crédito esperada	(75.161)	(82.747)	(75.161)	(82.747)
	<u>1.407.714</u>	<u>1.524.069</u>	<u>1.408.600</u>	<u>1.524.592</u>
Circulante	1.384.894	1.491.664	1.385.617	1.492.180
Não circulante	22.820	32.405	22.983	32.412

A perda esperada do contas a receber é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas prováveis nas contas a receber de associados, não cooperados e clientes. A perda esperada do contas a receber é calculada com base na avaliação individual da situação de cada associado ou terceiro, considerando as informações históricas de pagamento para realizar a provisão sobre os saldos a vencer bem como análises dos saldos vencidos existentes na data do encerramento das demonstrações financeiras, levando em consideração também as garantias fornecidas. A movimentação da provisão para perda esperada do contas a receber está apresentada da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial em 1º de janeiro	142.152	95.641	142.152	95.641
(+) Constituição	84.092	178.721	84.092	178.721
(-) Reversão	(84.028)	(132.210)	(84.028)	(132.210)
Saldo final em 31 de dezembro	142.216	142.152	142.216	142.152

A composição por vencimento (*aging list*) dos créditos de associados, não cooperados e clientes está apresentada da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
A vencer	1.473.194	1.566.282	1.474.080	1.566.805
Vencidos até 30 dias	62.768	84.236	62.768	84.236
Vencidos de 31 a 60 dias	6.023	5.537	6.023	5.537
Vencidos de 61 a 90 dias	2.039	2.927	2.039	2.927
Vencidos de 91 a 120 dias	619	1.147	619	1.147
Vencidos de 121 a 180 dias	834	958	834	958
Vencidos a mais de 180 dias	4.453	5.134	4.453	5.134
	<u>1.549.930</u>	<u>1.666.221</u>	<u>1.550.816</u>	<u>1.666.744</u>

11 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
ICMS (a)	180.537	215.637	181.305	216.242
IRRF (b)	72.262	48.817	72.262	48.817
IRPJ	771	771	1.016	989
CSLL	2.274	2.075	2.364	2.158
PIS e COFINS (c)	806	708	806	709
OUTROS	551	80	551	80
	<u>257.201</u>	<u>268.088</u>	<u>258.304</u>	<u>268.995</u>
Circulante	111.920	90.557	112.601	91.121
Não circulante	145.281	177.531	145.703	177.874

- (a) Os saldos de ICMS a recuperar são provenientes das transações normais do Grupo. Parte significativa da produção da Cooperativa é comercializada no mercado externo e, portanto, sem a incidência de ICMS. Esta situação gera um acúmulo de créditos tributários deste imposto, cuja realização dar-se-á, substancialmente, pela transferência a terceiros através do Sistema de Controle de Transferência e Utilização de Créditos Acumulados (SISCREDA), mantido pelo Governo do Estado do Paraná.

Em função de que a comercialização desses créditos com terceiros ocorre somente mediante concessão de deságio sobre os valores escriturais, a Administração adota a política de reconhecer contabilmente uma provisão para desvalorização sobre o total do crédito de ICMS de maneira a refletir as expectativas reais de realização de tais créditos, as quais são baseadas no histórico passado de negociações efetivadas, bem como nas condições correntes de mercado e perspectivas futuras observadas na data de 31 de dezembro de 2025. Em 31 de dezembro de 2025, a referida provisão perfaz o montante de R\$ 26.886 (R\$ 36.208 em 2024), o qual foi considerado suficiente para cobrir eventuais perdas financeiras, estando o saldo contábil apresentado pelo valor líquido.

- (b) Os saldos a recuperar de IRRF são referentes a provisão de IRRF de aplicação financeira no valor de R\$ 43.929 e IRRF retido na fonte pelas instituições financeiras com o saldo acumulado de R\$ 28.333 dos anos de 2021 a 2025, os mesmos estão aguardando análise da Receita Federal para restituição/ compensação.
- (c) Os créditos oriundos de PIS/COFINS referem-se à parcela ressarcível de saldo credor de PIS/COFINS, vinculado, principalmente, às operações de exportação, que serão realizados com as compensações de tributos de outras espécies vencidos, ou solicitado o ressarcimento em espécie. O saldo do PIS/COFINS foi apresentado pelo valor original do crédito líquido da provisão para perdas, com base na estimativa da administração, considerando-se a dificuldade de realização destes créditos.

Durante o exercício de 2025, foi estornado o montante de R\$ 194.958 (R\$ 109.848 em 2024) de provisão para perda de créditos de PIS/COFINS, devido à realização do saldo pelo recebimento e utilização do crédito para compensação com outros impostos federais a serem pagos, assim o crédito de imposto foi realizado e a provisão estornada, o estorno efetuado foi lançado em contrapartida ao resultado, na rubrica “Outros dispêndios e ingressos operacionais”.

12 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Estoque de produtos acabados	303.688	320.334	303.688	320.334
Estoque de produtos agrícolas (i)	168.524	161.362	168.524	161.362
Estoque de insumos	561.408	515.819	561.408	515.819
Estoque a fixar (ii)	337.911	191.672	337.911	191.672
Estoque de matéria prima	310.276	305.779	310.276	305.779
Estoque de bens para revenda	69.088	65.094	69.088	65.094
Estoque de almoxarifado	42.894	57.296	42.894	57.296
Estoque em poder de terceiros	-	149	-	149
	<u>1.793.789</u>	<u>1.617.505</u>	<u>1.793.789</u>	<u>1.617.505</u>

- (i) Refere-se substancialmente a estoques de commodities, essencialmente adquiridos com a finalidade de venda no futuro próximo e gerar resultados com base nas variações de preços ou na margem dos operadores. Tais estoques são valorizados a custo, exceto por aqueles utilizados para comercialização, os quais estão a valor de mercado, conforme descrito na nota explicativa 7 (j).
- (ii) Refere-se a produtos recebidos de associados com preço a fixar e foram registrados contabilmente em conta própria de estoque, individualizada, tendo contrapartida registrada em conta de passivo, mensurados a valor justo, nos termos do requerido pelo ITG 2004 – Entidade Cooperativa.
- (iii) A Cooperativa avaliou a necessidade de provisão de perdas estimadas para valor realizável dos estoques, dentro dessa análise foi realizada a provisão para perdas em estoque no valor de R\$ 18.706 referente a estoque sem giro a mais de um ano, R\$ 27.751 refere-se a grade B produtos fora de especificação, valor de R\$ 4.201 avarias e reprocesso referente a problemas com especificação dos produtos e R\$ 14.458 referente a produtos fora do prazo de validade, totalizando a provisão para perdas em R\$ 65.117.

13 Ativo biológico

Os saldos contábeis dos ativos biológicos no ativo circulante e no ativo não circulante estão representados a seguir:

a. Composição do saldo

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativos biológicos em formação (i)				
Aves	168.882	175.160	168.882	175.160
Peixes	121.073	96.977	121.073	96.977
Suínos	92.539	86.217	92.539	86.217
Leitões	19.753	19.054	19.753	19.054
Ovos férteis	53	130	53	130
Circulante	<u>402.300</u>	<u>377.538</u>	<u>402.300</u>	<u>377.538</u>
Reflorestamento (iii)	188.301	177.457	188.301	177.457
Aves matrizes (ii)	159.004	139.863	159.004	139.863
Novilhas matrizes (ii)	14.042	12.691	14.042	12.691
Suínos matrizes (ii)	41.950	46.948	41.950	46.948
Peixes matrizes (ii)	302	319	302	319
(-) Amortização e exaustão	<u>(92.249)</u>	<u>(86.461)</u>	<u>(92.249)</u>	<u>(86.461)</u>
Não circulante	<u>311.350</u>	<u>290.817</u>	<u>311.350</u>	<u>290.817</u>

(i) Ativos biológicos em formação

Referem-se, substancialmente, a aves, peixes e suínos, cujo período de formação é de, aproximadamente, 45 dias, 180 dias e 90 dias respectivamente, e serão utilizados para o abate e produção de carnes. A Administração considerou que em função do seu curto ciclo de formação, os custos dos insumos aplicados neste estágio, representa substancialmente seu valor justo.

(ii) Matrizes

Os ativos biológicos de matrizes de aves e suínos têm vida útil de 65 semanas e 24 meses, respectivamente. Como parte do processo de determinação do valor justo, a Administração considerou os seguintes elementos: a) curto período de tempo de formação; b) a ausência de mercado ativo para as matrizes; e c) o fato de que a sua venda não representa o negócio principal do Grupo, as quais são realizadas com o principal propósito de recuperar custos. Com base nestes elementos, na avaliação do Grupo, o valor justo de tais ativos biológicos, não apresentaram variações significativas em relação ao custo de aquisição/formação e está representado por seu custo de formação, considerando o curto ciclo de vida dos animais.

(iii) Reflorestamento

A Administração considerou que a totalidade da madeira proveniente das florestas é utilizada como insumo para a produção de *pallets* e lenha utilizada integralmente para consumo interno. Desta forma, o valor justo do reflorestamento está substancialmente representado por seu custo de formação (mão de obra, mudas, desbastes, tratamentos culturais e outros).

b. Movimentação do saldo

	Saldo em 31.12.2024	Adições	Baixas	Saldo em 31.12.2025
Aves	175.160	2.345.247	(2.351.525)	168.882
Peixes	96.977	281.512	(257.416)	121.073
Suínos	86.217	548.616	(542.294)	92.539
Leitões	19.054	225.309	(224.610)	19.753
Ovos férteis	130	115.565	(115.642)	53
Circulante	377.538	3.516.249	(3.491.487)	402.300
	Saldo em 31.12.2024	Adições	Baixas	Saldo em 31.12.2025
Reflorestamento	177.457	39.370	(28.526)	188.301
Aves matrizes	139.863	31.991	(12.850)	159.004
Novilhas matrizes	12.691	4.933	(3.582)	14.042
Suínos matrizes	46.948	20.193	(25.191)	41.950
Peixes matrizes	319	212	(229)	302
(-) Depreciação, amortização e exaustão	(86.461)	(109.987)	104.199	(92.249)
Não circulante	290.817	(13.288)	(33.821)	311.350
	Saldo em 31.12.2023	Adições	Baixas	Saldo em 31.12.2024
Aves	147.702	2.446.310	(2.418.852)	175.160
Peixes	97.288	252.829	(253.140)	96.977
Suínos	79.128	511.481	(504.392)	86.217
Leitões	17.483	196.865	(195.294)	19.054
Ovos férteis	68	111.482	(111.420)	130
Circulante	341.669	3.518.967	(3.483.098)	377.538
	Saldo em 31.12.2023	Adições	Baixas	Saldo em 31.12.2024
Reflorestamento	139.017	38.440	-	177.457
Aves matrizes	127.709	133.705	(121.551)	139.863
Novilhas matrizes	16.873	1.751	(5.933)	12.691
Suínos matrizes	41.505	21.418	(15.975)	46.948
Peixes matrizes	331	155	(167)	319
(-) Depreciação, amortização e exaustão	(69.224)	(126.468)	109.231	(86.461)
Não circulante	256.211	69.001	(34.395)	290.817

14 Investimentos

a. Composição do investimento

Em entidades cooperativas	Participação	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Frimesa Cooperativa Central	18,37%	56.018	54.979	56.018	54.979
Cotriguaçu Cooperativa Central	20,96%	63.453	55.800	63.453	55.800
Unitá Cooperativa Central	49,99%	38.999	38.999	38.999	38.999
Coocentral	6,35%	1.840	1.839	1.840	1.839
Coperflora Cooperativa Florestal	43,63%	49	35	49	35
Sicredi	6,15%	14.333	12.702	14.389	12.739
Sicoob	0,55%	358	156	358	156
Cooperativa Central de TI – Uniti	4,54%	99	70	99	70
Cooperativa Agrária Agroindustrial	0,02%	22	22	22	22
Cresol	0,14%	147	124	148	124
Agrotatil		-	-	861	839
Avetools		-	-	73	-
(-) Perdas em investimentos		(1.793)	(1.793)	(1.793)	(1.793)
Em entidades controladas					
Copfrio Loc. de Arm. Frig. Ltda.	100,00%	862	782	-	-
Ágio na aquisição – Copfrio		15	496	-	-
Constel Tecnologia Ltda.	99,80%	13.842	11.085	-	-
Copacol Corretora de Seguros	100,00%	250	-	-	-
Outras entidades					
Supercampo S.A.	8,00%	3.979	3.979	3.979	3.979
(-) Perdas em investimentos		(3.979)	(3.979)	(3.979)	(3.979)
		<u>188.494</u>	<u>175.296</u>	<u>174.516</u>	<u>163.809</u>

Os investimentos em sociedades cooperativas estão avaliados pelo custo de aquisição, conforme requerido pelo ITG 2004 – Entidades Cooperativas.

Os investimentos em entidades controladas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

b. Movimentação dos investimentos

	Saldo em 31.12.2024	Equivalência patrimonial	Aumento / baixa de capital	Aquisição	Outros	Saldo em 31.12.2025
Frimesa	54.979	-	1.039	-	-	56.018
Cotriguaçu	55.800	-	7.653	-	-	63.453
Unitá	38.999	-	-	-	-	38.999
Coocentral	1.839	-	1	-	-	1.840
Coperflora	35	-	14	-	-	49
Sicredi	12.702	-	1.631	-	-	14.333
Sicoob	156	-	202	-	-	358
Uniti	70	-	29	-	-	99
Agrária	22	-	-	-	-	22
Copfrio	1.278	80	-	-	(481)	877
Constel	11.085	2.757	-	-	-	13.842
Copacol Corretora de Seguros	-	-	250	-	-	250
Supercampo	3.979	-	-	-	-	3.979
Cresol	124	-	23	-	-	147
Perdas (i)	(5.772)	-	-	-	-	(5.772)
	<u>175.296</u>	<u>2.837</u>	<u>10.842</u>	<u>-</u>	<u>(481)</u>	<u>188.494</u>

(i) A provisão para perda é referente ao investimento na Supercampo que será liquidada.

c. Investimentos em empresas controladas e coligada avaliados pelo método de equivalência patrimonial

Controladas

Em 31 de dezembro de 2025	Constel Tecnologia Ltda.	Copfrio Locação de Armazéns Frig. Ltda.	Copacol Corretora de Seguros Ltda.	Total
Ativo	26.270	3.403	86	29.759
Passivo	12.401	2.541	14	14.956
Capital social realizado	500	4.500	250	5.250
Quantidades de quotas/ ações do capital (em mil)	500	4.500	250	5.250
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2025	13.869	862	72	14.803
Resultado do exercício	2.761	80	42	2.883
Quantidades de quotas/ações possuídas (em mil)	499	4.500	250	5.249
Percentual de participação	99,80%	100,00%	100,00%	-
Valor patrimonial em 31 de dezembro de 2025	13.869	862	72	14.803
Equivalência patrimonial	<u>2.757</u>	<u>80</u>	<u>-</u>	<u>2.837</u>

15 Imobilizado

a. Composição do saldo

Controladora						
	2025			2024		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Terrenos	313.236	-	313.236	368.604	-	368.604
Edifícios e benfeitorias	1.707.504	(464.740)	1.242.764	1.545.924	(399.040)	1.146.884
Máquinas e equipamentos	1.413.069	(665.045)	748.024	1.248.749	(567.177)	681.572
Veículos	261.192	(141.201)	119.991	226.934	(119.584)	107.350
Instalações	236.254	(115.643)	120.611	206.396	(101.657)	104.739
Móveis e utensílios	25.688	(13.220)	12.468	21.952	(11.306)	10.646
Máquinas e implementos agrícolas	41.621	(20.222)	21.399	27.975	(18.285)	9.690
Equipamentos de informática	36.246	(21.263)	14.983	29.192	(17.923)	11.269
Aparelhos de comunicação	542	(480)	62	510	(456)	54
Poços artesianos	2.399	(564)	1.835	2.195	(473)	1.722
Construções em andamento (i)	368.461	-	368.461	206.700	-	206.700
Imobilizado em trânsito (ii)	38.988	-	38.988	30.672	-	30.672
	<u>4.445.200</u>	<u>(1.442.378)</u>	<u>3.002.822</u>	<u>3.915.803</u>	<u>(1.235.901)</u>	<u>2.679.902</u>

- (i) Referem-se à projetos em andamento como a construção da unidade de cereais em Campo Bonito/PR, ampliação da armazenagem de cereais da fábrica de Jesuítas/PR, construção de uma unidade de armazenamento e tratamento de sementes refrigerado em Cafelândia/PR, Construção da unidade de cereais em Realeza/PR, construção de uma nova sede para a Gestão de frotas em Cafelândia/PR e ampliações de armazenagem de cereais em Penha- Corbélia/PR, Tupãsi/PR e Jesuítas/PR.
- (ii) Referem-se à aquisições de materiais, que ainda não chegaram na unidade final para a realização de projetos e importações em trânsito referente a imobilizados. As unidades que possuem essa característica são de projeto ampliação na capacidade estática nas unidades de recebimento de cereais em Universo-Nova Aurora/PR, Carajá - Jesuítas/PR, Assis Chateaubriand/PR, além de uma ampliação no abatedouro de Peixes em Toledo/PR, e aquisições para o abatedouro de Aves em Cafelândia/PR.

Consolidado						
	2025			2024		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Terrenos	313.236	-	313.236	368.604	-	368.604
Edifícios e benfeitorias	1.708.725	(465.039)	1.243.686	1.547.145	(399.290)	1.147.855
Máquinas e equipamentos	1.414.078	(665.651)	748.427	1.249.741	(567.717)	682.024
Veículos	261.352	(141.312)	120.040	227.094	(119.676)	107.418
Instalações	236.768	(116.024)	120.744	206.910	(102.002)	104.908
Móveis e utensílios	26.056	(13.416)	12.640	22.268	(11.477)	10.791
Máquinas e implementos agrícolas	41.621	(20.222)	21.399	27.975	(18.285)	9.690
Equipamentos de informática	48.382	(30.840)	17.542	39.319	(26.402)	12.917
Aparelhos de comunicação	10.170	(6.395)	3.775	9.512	(5.129)	4.383
Poços artesianos	2.399	(564)	1.835	2.195	(473)	1.722
Construções em andamento	368.469	-	368.469	206.700	-	206.700
Imobilizado em trânsito	38.988	-	38.988	30.672	-	30.672
	<u>4.470.244</u>	<u>(1.459.463)</u>	<u>3.010.781</u>	<u>3.938.135</u>	<u>(1.250.451)</u>	<u>2.687.684</u>

b. Movimentação do custo

2025					
Controladora	Saldo em 31.12.2024	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2025
Terrenos	368.604	66.001	(19.882)	(101.487)	313.236
Edifícios e benfeitorias	1.545.924	11.289	(273)	150.564	1.707.504
Máquinas e equipamentos	1.248.749	29.392	(8.416)	143.344	1.413.069
Veículos	226.934	39.964	(5.706)	-	261.192
Instalações	206.396	1.150	-	28.708	236.254
Móveis e utensílios	21.952	2.319	(125)	1.542	25.688
Máquinas e implementos agrícolas	27.975	14.528	(1.570)	688	41.621
Equipamentos de informática	29.192	4.170	(960)	3.844	36.246
Aparelhos de comunicação	510	33	(1)	-	542
Poços artesianos	2.195	-	-	204	2.399
Construções em andamento	206.700	389.168	-	(227.407)	368.461
Imobilizado em trânsito	30.672	38.988	(30.672)	-	38.988
	<u>3.915.803</u>	<u>597.002</u>	<u>(67.605)</u>	<u>-</u>	<u>4.445.200</u>
2024					
Controladora	Saldo em 31.12.2023	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2024
Terrenos	243.135	126.297	(828)		368.604
Edifícios e benfeitorias	1.303.839	203.545	(6.183)	44.723	1.545.924
Máquinas e equipamentos	1.074.061	210.584	(37.404)	1.508	1.248.749
Veículos	184.776	49.655	(9.854)	2.357	226.934
Instalações	183.700	22.651	(189)	234	206.396
Móveis e utensílios	20.689	2.859	(1.596)		21.952
Máquinas e implementos agrícolas	25.346	2.567		62	27.975
Equipamentos de informática	24.961	4.791	(954)	394	29.192
Aparelhos de comunicação	517	-	(10)	3	510
Poços artesianos	1.621	574	-	-	2.195
Construções em andamento	231.865	2.305	-	(27.470)	206.700
Imobilizado em trânsito	52.483			(21.811)	30.672
	<u>3.346.993</u>	<u>625.828</u>	<u>(57.018)</u>	<u>-</u>	<u>3.915.803</u>
2025					
Consolidado	Saldo em 31.12.2024	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2025
Terrenos	368.604	66.001	(19.882)	(101.487)	313.236
Edifícios e benfeitorias	1.547.145	11.289	(273)	150.564	1.708.725
Máquinas e equipamentos	1.249.741	29.409	(8.416)	143.344	1.414.078
Veículos	227.094	39.964	(5.706)	-	261.352
Instalações	206.910	1.150	-	28.708	236.768
Móveis e utensílios	22.268	2.371	(125)	1.542	26.056
Máquinas e implementos agrícolas	27.975	14.528	(1.570)	688	41.621
Equipamentos de informática	39.319	6.179	(960)	3.844	48.382
Aparelhos de comunicação	9.512	659	(1)	-	10.170
Poços artesianos	2.195	-	-	204	2.399
Construções em andamento	206.700	389.176	-	(227.407)	368.469
Imobilizado em trânsito	30.672	38.988	(30.672)	-	38.988
	<u>3.938.135</u>	<u>599.714</u>	<u>(67.605)</u>	<u>-</u>	<u>4.470.244</u>

2024					
Consolidado	Saldo em 31.12.2023	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2024
Terrenos	243.135	126.297	(828)		368.604
Edifícios e benfeitorias	1.305.027	203.578	(6.183)	44.723	1.547.145
Máquinas e equipamentos	1.074.944	210.693	(37.404)	1.508	1.249.741
Veículos	184.936	49.655	(9.854)	2.357	227.094
Instalações	184.163	22.702	(189)	234	206.910
Móveis e utensílios	20.874	2.990	(1.596)		22.268
Máquinas e implementos agrícolas	25.346	2.567		62	27.975
Equipamentos de informática	35.016	4.863	(954)	394	39.319
Aparelhos de comunicação	7.408	2.140	(39)	3	9.512
Poços artesianos	1.621	574	-	-	2.195
Construções em andamento	231.865	2.305	-	(27.470)	206.700
Imobilizado em trânsito	52.483			(21.811)	30.672
	<u>3.366.818</u>	<u>628.364</u>	<u>(57.047)</u>	<u>-</u>	<u>3.938.135</u>

c. Movimentação da depreciação

2025				
Controladora	Saldo em 31.12.2024	Adições	Baixas	Saldo em 31.12.2025
Edifícios e benfeitorias	(399.040)	(65.915)	215	(464.740)
Máquinas e equipamentos	(567.177)	(98.879)	1.011	(665.045)
Veículos	(119.584)	(23.520)	1.903	(141.201)
Instalações	(101.657)	(13.986)	-	(115.643)
Móveis e utensílios	(11.306)	(1.966)	52	(13.220)
Máquinas e implementos agrícolas	(18.285)	(3.302)	1.365	(20.222)
Equipamentos de informática	(17.923)	(4.286)	946	(21.263)
Aparelhos de comunicação	(456)	(25)	1	(480)
Poços artesianos	(473)	(91)	-	(564)
	<u>(1.235.901)</u>	<u>(211.970)</u>	<u>5.493</u>	<u>(1.442.378)</u>

2024				
Controladora	Saldo em 31.12.2023	Adições	Baixas	Saldo em 31.12.2024
Edifícios e benfeitorias	(344.145)	(55.072)	177	(399.040)
Máquinas e equipamentos	(510.434)	(89.502)	32.759	(567.177)
Veículos	(104.174)	(24.767)	9.357	(119.584)
Instalações	(88.332)	(13.342)	17	(101.657)
Móveis e utensílios	(10.902)	(1.856)	1.452	(11.306)
Máquinas e implementos agrícolas	(15.364)	(2.921)	-	(18.285)
Equipamentos de informática	(15.617)	(3.236)	930	(17.923)
Aparelhos de comunicação	(433)	(32)	9	(456)
Poços artesianos	(406)	(67)	-	(473)
	<u>(1.089.807)</u>	<u>(190.795)</u>	<u>44.701</u>	<u>(1.235.901)</u>

2025				
Consolidado	Saldo em 31.12.2024	Adições	Baixas	Saldo em 31.12.2025
Edifícios e benfeitorias	(399.290)	(65.964)	215	(465.039)
Máquinas e equipamentos	(567.717)	(98.945)	1.011	(665.651)
Veículos	(119.676)	(23.539)	1.903	(141.312)
Instalações	(102.002)	(14.022)	-	(116.024)
Móveis e utensílios	(11.477)	(1.991)	52	(13.416)
Máquinas e implementos agrícolas	(18.285)	(3.302)	1.365	(20.222)
Equipamentos de informática	(26.402)	(5.384)	946	(30.840)
Aparelhos de comunicação	(5.129)	(1.267)	1	(6.395)
Poços artesianos	(473)	(91)	-	(564)
	<u>(1.250.451)</u>	<u>(214.505)</u>	<u>5.493</u>	<u>(1.459.463)</u>
2024				
Consolidado	Saldo em 31.12.2023	Adições	Baixas	Saldo em 31.12.2024
Edifícios e benfeitorias	(344.347)	(55.120)	177	(399.290)
Máquinas e equipamentos	(510.901)	(89.576)	32.759	(567.717)
Veículos	(104.238)	(24.795)	9.357	(119.676)
Instalações	(88.640)	(13.379)	17	(102.002)
Móveis e utensílios	(11.053)	(1.876)	1.452	(11.477)
Máquinas e implementos agrícolas	(15.364)	(2.921)	-	(18.285)
Equipamentos de informática	(22.927)	(4.405)	930	(26.402)
Aparelhos de comunicação	(3.994)	(1.144)	9	(5.129)
Poços artesianos	(406)	(67)	-	(473)
	<u>(1.101.870)</u>	<u>(193.283)</u>	<u>44.701</u>	<u>(1.250.451)</u>

d. Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

O ativo imobilizado tem seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor é constituído a provisão para *impairment*. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Administração avaliou e não identificou indicadores de *impairment*, não havendo, portanto, a necessidade de constituição de provisão.

e. Revisão das vidas úteis

Ao final do exercício de 2025, o Grupo revisou a estimativa das vidas úteis dos ativos e não foram identificadas alterações significativas em relação à vida útil anteriormente utilizada.

f. Garantias

Como parte dos requerimentos necessários para a realização de determinadas operações de crédito, o Grupo fornece garantias baseadas em imóveis de propriedade da Cooperativa, conforme descrito na nota 19 (e).

16 Intangível

a. Composição do saldo

Controladora						
	2025			2024		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Vida útil definida						
Marcas e patentes	2.526	(1.358)	1.168	2.407	(1.153)	1.254
Software	21.766	(17.626)	4.140	19.346	(15.357)	3.989
Cadeia de fornecimento	22.490	(6.166)	16.324	3.223	(2.310)	913
Carteira de clientes	114.777	(43.744)	71.033	114.777	(31.016)	83.761
	<u>161.559</u>	<u>(68.894)</u>	<u>92.665</u>	<u>139.753</u>	<u>(49.836)</u>	<u>89.917</u>
Vida útil indefinida						
Ágio aquisição Tilápia	15.323	-	15.323	15.323	-	15.323
	<u>176.882</u>	<u>(68.894)</u>	<u>107.988</u>	<u>155.076</u>	<u>(49.836)</u>	<u>105.240</u>
Consolidado						
	2025			2024		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Vida útil definida						
Marcas e patentes	2.530	(1.362)	1.168	2.411	(1.157)	1.254
Software	23.452	(18.600)	4.852	20.872	(16.113)	4.759
Cessão de uso	8.676	(6.435)	2.241	8.538	(5.368)	3.170
Cadeia de fornecimento	22.490	(6.166)	16.324	3.223	(2.310)	913
Carteira de clientes	114.777	(43.744)	71.033	114.777	(31.016)	83.761
Ágio aquisição Copfrio	3.205	(3.190)	15	3.205	(2.709)	496
	<u>175.130</u>	<u>(79.497)</u>	<u>95.633</u>	<u>153.026</u>	<u>(58.673)</u>	<u>94.353</u>
Vida útil indefinida						
Ágio aquisição Tilápia	15.323	-	15.323	15.323	-	15.323
	<u>190.453</u>	<u>(79.497)</u>	<u>110.956</u>	<u>168.349</u>	<u>(58.673)</u>	<u>109.676</u>

b. Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

O ágio por expectativa de rentabilidade futura não é amortizado e testes de redução ao valor recuperável anuais são realizados de acordo com as práticas contábeis existentes. Este ágio está sendo amortizado fiscalmente.

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Grupo realizou avaliação quanto a existência de indicadores de que seu ágio poderia estar registrado por valor acima do seu valor recuperável.

Em 2025, com base nesta avaliação realizada pela Administração, não foi identificada necessidade da constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos em questão.

c. Movimentação do custo

2025					
Controladora	Saldo em 31.12.2024	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2025
Marcas e Patentes	2.407	119	-	-	2.526
Software	19.346	2.420	-	-	21.766
Cadeia de fornecimento	3.223	19.267	-	-	22.490
Carteira de clientes	114.777	-	-	-	114.777
Ágio na aquisição da Tilápia	15.323	-	-	-	15.323
	<u>155.076</u>	<u>21.806</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>176.882</u>
2024					
Controladora	Saldo em 31.12.2023	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2024
Marcas e Patentes	2.357	50	-	-	2.407
Software	19.018	328	-	-	19.346
Cadeia de fornecimento	3.223	-	-	-	3.223
Carteira de clientes	20.585	94.192	-	-	114.777
Ágio na aquisição da Tilápia	15.323	-	-	-	15.323
	<u>60.506</u>	<u>94.570</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>155.076</u>
2025					
Consolidado	Saldo em	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em
Vida útil definida	31.12.2024				31.12.2024
Marcas e Patentes	2.411	119	-	-	2.530
Software	20.872	2.580	-	-	23.452
Cadeia de fornecimento	3.223	19.267	-	-	22.490
Carteira de clientes	114.777	-	-	-	114.777
Cessão de uso	8.538	138	-	-	8.676
Ágio na aquisição da Tilápia	3.205	-	-	-	3.205
Vida útil indefinida					
Ágio aquisição Tilápia	15.323	-	-	-	15.323
	<u>168.349</u>	<u>22.104</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>190.453</u>

2024					
Consolidado	Saldo em 31.12.2023	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2024
Vida útil definida					
Marcas e Patentes	2.361	50	-	-	2.411
Software	20.128	744	-	-	20.872
Cadeia de fornecimento	3.223	-	-	-	3.223
Carteira de clientes	20.585	94.192	-	-	114.777
Cessão de uso	8.389	149	-	-	8.538
Ágio na aquisição da Tilápia	3.205	-	-	-	3.205
Vida útil indefinida					
Ágio aquisição Tilápia	15.323	-	-	-	15.323
	<u>73.214</u>	<u>94.570</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>168.349</u>

d. Movimentação da amortização

2025				
Controladora	Saldo em 31.12.2024	Adições	Baixas	Saldo em 31.12.2025
Marcas e patentes	(1.153)	(205)	-	(1.358)
Software	(15.357)	(2.269)	-	(17.626)
Cadeia de fornecimento	(2.310)	(3.856)	-	(6.166)
Carteira de clientes	(31.016)	(12.728)	-	(43.744)
	<u>(49.836)</u>	<u>(19.058)</u>	<u>-</u>	<u>(68.894)</u>
2024				
Controladora	Saldo em 31.12.2023	Adições	Baixas	Saldo em 31.12.2024
Marcas e patentes	(949)	(204)	-	(1.153)
Software	(13.443)	(1.915)	-	(15.357)
Cadeia de fornecimento	(1.665)	(645)	-	(2.310)
Carteira de clientes	(5.901)	(25.114)	-	(31.016)
	<u>(21.958)</u>	<u>(27.878)</u>	<u>-</u>	<u>(49.836)</u>
2025				
Consolidado	Saldo em 31.12.2024	Adições	Baixas	Saldo em 31.12.2025
Marcas e patentes	(1.157)	(205)	-	(1.362)
Software	(16.113)	(2.487)	-	(18.600)
Cadeia de fornecimento	(2.310)	(3.856)	-	(6.166)
Cessão de uso	(5.368)	(1.067)	-	(6.435)
Ágio aquisição Copfrio	(2.709)	(481)	-	(3.190)
Carteira de clientes	(31.016)	(12.728)	-	(43.744)
	<u>(58.673)</u>	<u>(20.824)</u>	<u>-</u>	<u>(79.497)</u>

Consolidado	Saldo em 31.12.2023	2024		Saldo em 31.12.2024
		Adições	Baixas	
Marcas e patentes	(953)	(204)	-	(1.157)
Software	(14.013)	(2.100)	-	(16.113)
Cadeia de fornecimento	(1.665)	(645)	-	(2.310)
Cessão de uso	(4.349)	(1.019)	-	(5.368)
Agio aquisição Copfrio	(2.228)	(481)	-	(2.709)
Carteira de clientes	(5.901)	(25.115)	-	(31.016)
	<u>(29.109)</u>	<u>(29.564)</u>	<u>-</u>	<u>(58.673)</u>

e. Revisão das vidas úteis

Ao final do exercício de 2025, o Grupo revisou a estimativa das vidas úteis dos ativos intangíveis e não foram identificadas alterações significativas em relação à vida útil anteriormente utilizada.

17 Débito com cooperados e não cooperados

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Estoque a fixar (i)	337.911	191.672	337.911	191.672
Estoque a fixar consumido (ii)	1.238.716	1.125.214	1.238.716	1.125.214
Contas a pagar	79.184	128.802	79.184	128.802
Adiantamento de associados	128.350	114.944	128.350	114.944
Outros valores a pagar	10.775	9.365	10.775	9.365
	<u>1.794.936</u>	<u>1.569.997</u>	<u>1.794.936</u>	<u>1.569.997</u>

- (i) Refere-se a produtos recebidos de associados com preço a fixar que foram registrados contabilmente em conta própria de estoque, individualizada, tendo contrapartida registrada em conta de ativo, mensurados ao valor justo, conforme descrito na nota explicativa 12.
- (ii) A conta refere-se à provisão para fixação relativa aos produtos agrícolas entregues pelos produtores rurais, que foram comercializados ou consumidos em processo de industrialização, e que ainda não tiveram preço de negociação definido ou fixado. Essa obrigação está valorizada a valor justo na data de encerramento das demonstrações financeiras e a Cooperativa monitora sua exposição pela variação dos preços das *commodities*, firmando contratos de compra e venda com preços definidos junto a produtores e fornecedores de grãos.

18 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Aquisição de ativos imobilizados e intangíveis	93.744	211.375	93.744	211.375
Fornecedores – mercado interno	619.916	517.757	622.912	521.775
Fornecedores – mercado externo	2.304	11.758	2.304	11.758
	<u>715.964</u>	<u>740.890</u>	<u>718.960</u>	<u>744.908</u>
Circulante	707.208	662.227	709.039	664.100
Não circulante	8.756	78.663	9.921	80.808

Em 31 de dezembro de 2025 a Cooperativa possuía o montante total a ser pago nos próximos exercícios de R\$ 93.744 (211.375 em 2024) referente aquisição de ativo imobilizado e intangível, conforme demonstrado nas notas explicativas 15 e 16.

19 Empréstimos e financiamentos

a. Abertura por modalidade

		Controladora		Consolidado	
	Taxas	2025	2024	2025	2024
Capital de giro	10% - 16,70%	1.407.423	1.775.722	1.407.423	1.775.722
Investimentos	2,36% - 16,95%	1.199.632	980.004	1.204.706	984.830
Consórcio	9% - 17,5%	174	-	174	-
Operações em M.E	5,29%	74.619	225.581	74.619	225.581
		<u>2.681.848</u>	<u>2.981.307</u>	<u>2.686.922</u>	<u>2.986.133</u>
Circulante		728.793	1.403.751	730.098	1.404.479
Não circulante		1.953.055	1.577.556	1.956.824	1.581.654

b. Movimentação dos empréstimos

Controladora

	Saldo em 31.12.2024	Captações	Pagamento de principal e juros	Apropriação de juros	Variação cambial	Saldo em 31.12.2025
Capital de giro	1.775.722	902.500	(1.471.977)	201.178	-	1.407.423
Investimentos	980.004	321.795	(188.954)	86.787	-	1.199.632
Consórcio	-	1.057	(883)	-	-	174
Operações em M.E	<u>225.581</u>	<u>-</u>	<u>(134.930)</u>	<u>6.422</u>	<u>(22.454)</u>	<u>74.619</u>
	<u>2.981.307</u>	<u>1.225.352</u>	<u>(1.796.744)</u>	<u>294.387</u>	<u>(22.454)</u>	<u>2.681.848</u>

	Saldo em 31.12.2023	Captações	Pagamento de principal e juros	Apropriação de juros	Variação cambial	Saldo em 31.12.2024
Capital de giro	1.576.961	1.118.000	(1.097.847)	178.608	-	1.775.722
Investimentos	893.767	191.465	(169.899)	64.671	-	980.004
Operações em M.E	<u>529.626</u>	<u>132.000</u>	<u>(554.680)</u>	<u>29.611</u>	<u>89.024</u>	<u>225.581</u>
	<u>3.000.354</u>	<u>1.441.465</u>	<u>(1.822.426)</u>	<u>272.890</u>	<u>89.024</u>	<u>2.981.307</u>

c. Abertura por vencimento

Em 31 de dezembro, as parcelas relativas ao passivo não circulante apresentam os seguintes vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
2026	-	720.072	-	721.037
2027	921.574	318.496	922.788	319.461
2028	382.677	149.330	383.298	150.065
2029	172.458	131.675	172.932	133.108
Após 2029	476.346	257.983	477.806	257.983
	<u>1.953.055</u>	<u>1.577.556</u>	<u>1.956.824</u>	<u>1.581.654</u>

d. Compromissos (“covenants”)

Em 31 de dezembro de 2025, a Cooperativa possui contratos com cláusula contratual restritiva (*covenants*), conforme segue:

Agente financeiro	Modalidade	Emissão	Valor captado (em milhares Reais)	Vencimento	Covenants
Citibank	NCE	04/09/2024	BRL 112.000	03/09/2027	(a)

(a) Índice dívida líquida / EBITDA: igual ou inferior a 3,0;

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Cooperativa atendeu todas as cláusulas de compromissos com as instituições financeiras com as quais tem saldo em aberto.

e. Garantias

Como parte dos requerimentos necessários para a realização de determinadas operações de crédito, o Grupo fornece garantias baseadas em imóveis de propriedade da Cooperativa, avais e penhor de produtos e insumos, conforme descrito abaixo:

	Saldo devedor 2025	Aval da diretoria	Hipoteca e penhor de imóveis	Penhor de produtos e equipamentos	Cessão fiduciária	Carta de fiança
Capital de giro	1.407.424	1.407.423	-	300.000	46.876	95.046
Investimentos	1.199.632	1.199.632	901.325	11.125	11.787	-
Consórcio	174	-	-	174	-	-
Operações M.E.	74.618	74.619	-	-	-	-
	<u>2.681.848</u>	<u>2.681.674</u>	<u>901.325</u>	<u>311.299</u>	<u>58.663</u>	<u>95.046</u>

	Saldo devedor 2024	Aval da diretoria	Hipoteca e penhor de imóveis	Penhor de produtos e equipamentos	Cessão fiduciária	Carta de fiança
Capital de giro	1.775.722	1.775.722	-	177.561	66.694	-
Investimentos	980.004	980.004	712.710	84.422	20.565	68.157
Operações M.E.	225.581	225.581	-	-	-	-
	<u>2.981.307</u>	<u>2.981.307</u>	<u>712.710</u>	<u>261.984</u>	<u>87.259</u>	<u>68.157</u>

20 Obrigações sociais e tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
INSS	19.030	17.108	19.305	17.274
ICMS	4.859	5.298	4.859	5.300
FGTS	5.907	5.369	5.962	5.422
IRRF	5.930	5.570	6.011	5.638
PIS e COFINS	510	515	647	620
IRPJ	-	-	3	-
Outros	2.763	1.477	2.795	1.500
	<u>38.999</u>	<u>35.337</u>	<u>39.582</u>	<u>35.754</u>

21 Obrigações com pessoal

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Provisão para férias	74.920	66.334	75.245	66.664
Programa de participação nos resultados	44.330	55.342	44.603	55.602
Salários e ordenados	36.992	34.919	36.996	34.921
Outros	2.776	953	2.776	953
	<u>159.018</u>	<u>157.548</u>	<u>159.620</u>	<u>158.140</u>

22 Outros débitos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Adiantamento de clientes	39.780	135.510	39.780	135.510
Provisão para representação comercial	773	599	773	599
Provisão para sinistros	13.320	11.743	13.320	11.743
Provisão contingências fiscais	10.911	5.467	10.911	5.467
Outros	8.170	7.389	13.122	11.252
	<u>72.954</u>	<u>160.708</u>	<u>77.906</u>	<u>164.571</u>
Circulante	59.634	148.965	64.586	152.828
Não circulante	13.320	11.743	13.320	11.743

23 Partes relacionadas

Os saldos em 31 de dezembro de 2025, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, foram realizados conforme os termos e as condições acordados entre as partes, os quais poderiam ser diferentes caso fossem realizados com terceiros, não relacionados à Cooperativa, e estão apresentados a seguir.

(i) Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da administração é composto pelo Conselho de Administração e Diretoria para um mandato de 04 (quatro) anos, e o Conselho Fiscal para um mandato de 01 (um) ano, designados mediante aprovação dos sócios da Cooperativa, na Assembleia Geral Ordinária.

Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da administração durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 4.049 (R\$ 3.937 em 2024). A Cooperativa não concede ao pessoal chave da administração benefícios com características de longo prazo.

(ii) Outras transações com partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos com partes relacionadas estão compostos da seguinte forma:

	Controladora			
	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	2025	2024	2025	2024
Contas a receber	<u>1.475</u>	<u>2.200</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Copfrio	-	20	-	-
Constel	471	1.025	-	-
Outros (i)	1004	1.155	-	-
Contas a pagar	<u>(1.385)</u>	<u>(1.183)</u>	<u>(9.624)</u>	<u>(9.061)</u>
Copfrio	(57)	(55)	(3.105)	(2.707)
Constel	-	-	(6.519)	(6.354)
Outros (i)	(1.328)	(1.128)	-	-

(i) Refere-se à transações realizadas com membros da administração na qualidade de associados da Cooperativa.

24 Provisões para contingências

O Grupo é envolvido em processos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários onde discute essas questões tanto na esfera judicial quanto administrativa. As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pelo Grupo, amparada pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

Abaixo está representado os passivos contingentes de riscos considerados prováveis:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Trabalhista (i)	7.517	6.317	7.517	6.317
Cível	16.983	16.983	16.983	16.983
Cível pública (ii)	12.000	13.200	12.000	13.200
Fiscais(iii)	153.321	115.470	153.321	115.470
Depósitos judiciais	(5.777)	(4.638)	(5.777)	(4.638)
	<u>184.044</u>	<u>147.332</u>	<u>184.044</u>	<u>147.332</u>

- (i) A natureza das ações trabalhistas, consiste principalmente em reclamações de ex-empregados vinculados a disputas sobre o montante pago em demissões.
- (ii) Refere-se a ação interposta pelo Ministério Público do Trabalho por exceder os limites de horas de trabalho e intervalos de jornada determinado por lei.
- (iii) A provisão para contingência fiscal tem como objeto a contribuição adicional de GILRAT para financiamento da aposentadoria especial 25 anos (Risco Ruído), onde prevê o recolhimento adicional de 6% (seis por cento) sobre o INSS patronal para indivíduos expostos a níveis acima de 85 dBA(decibéis). Fatos Geradores entre 01/01/2020 e 31/12/2021 apresenta-se no Processo: 10340-721.381/2024-42 no montante de R\$ 30.427, sendo a contribuição ao risco R\$ 14.668, multa proporcional (75%) R\$11.001 e juros R\$4.757. A Copacol reconhece em suas demonstrações contábeis o passivo devido a causa provável ao período seguinte ao auto, perfazendo o montante incrementado de R\$ 153.321 em 31.12.2025 (R\$ 115.470 em 2024).

Existem outros processos cíveis, trabalhistas e tributários avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante total de R\$ 39.806 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 43.633 em 2024), para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

25 Imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda e contribuição social foram calculadas com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável em operações com não cooperados excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido. A aplicação de tais alíquotas leva em consideração o regime tributário de lucro real da Cooperativa. A despesa de imposto de renda e contribuição social dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 pode ser conciliada com o lucro contábil como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	<u>941.781</u>	<u>816.697</u>	<u>942.553</u>	<u>817.287</u>
Adições permanentes				
(+) Outras adições	<u>50.180</u>	<u>61.638</u>	<u>52.868</u>	<u>63.872</u>
Exclusões permanentes				
(-) Outras exclusões	(45.179)	(91.053)	(46.503)	(92.174)
(-) Doações e subvenções governamentais	(16.010)	(17.306)	(16.010)	(17.306)
(-) Resultado com associados sem as subvenções	<u>(828.321)</u>	<u>(728.630)</u>	<u>(828.321)</u>	<u>(728.630)</u>
(=) Base de cálculo CSLL	102.451	41.346	104.587	43.049
Juros sobre o capital próprio	(10.642)	(9.299)	(10.642)	(9.299)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
(=) Base de cálculo IRPJ	91.809	32.047	93.945	33.750
IRPJ (15%) e CSLL (9%)	22.992	8.528	23.505	8.937
Base para IRPJ adicional	91.569	31.807	93.705	33.510
Adicional IRPJ (10%)	9.157	3.181	9.371	3.351
Total do IRPJ e CSLL	<u>32.149</u>	<u>11.709</u>	<u>32.875</u>	<u>12.288</u>
Total do IRPJ e CSLL – Corrente	34.971	29.706	35.697	30.285
Total do IRPJ e CSLL - Diferido	<u>(2.822)</u>	<u>(17.997)</u>	<u>(2.822)</u>	<u>(17.997)</u>
Total do IRPJ e CSLL	<u>32.149</u>	<u>11.709</u>	<u>32.875</u>	<u>12.288</u>
Taxa efetiva	3,41%	1,43%	3,49%	1,50%

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre bases de cálculo desses tributos sobre os ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, com base na identificação da operação realizada com não associados, ou quando não é possível, com base na proporção das operações realizadas com não associados.

Sobre os resultados das operações realizadas com associados não incidem Imposto de Renda e também são isentas de Contribuição Social.

Para as operações com não associados incidem as alíquotas de 15% para Imposto de Renda, 10% para o adicional e 9% para Contribuição Social.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos quando provável que o lucro futuro tributável das operações com não associados ou das controladas estejam disponíveis para serem utilizados na compensação de prejuízos fiscais, base de cálculo negativa da Contribuição Social e das diferenças temporárias, com base na expectativa de resultados futuros preparada pela administração da Cooperativa, as quais podem sofrer alterações.

O valor contábil dos tributos diferidos é revisado periodicamente enquanto as projeções são revisadas anualmente. Caso haja fatores relevantes que venham modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício.

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a composição do imposto de renda e contribuição social diferidos é a seguinte:

Imposto de renda e contribuição social diferido ativo

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Perda esperada do contas a receber	5.262	23.720	5.262	23.720
Provisão para contingências	3.948	17.158	3.948	17.158
Provisão para recuperação de impostos	(1.303)	7.135	(1.303)	7.135
Provisão para sinistro de veículos e cargas	145	1.302	145	1.302
Outras	248	3.618	248	3.618
Base de cálculo	8.300	52.933	8.300	52.933
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%	34%
Total imposto de renda e contribuição social diferida	2.822	17.997	2.822	17.997

26 Patrimônio líquido

a. Capital Social

O capital social está representado da seguinte forma:

	Controladora	
	2025	2024
Total do capital integralizado	205.844	182.598
Número de quotas-partes	205.843.897	182.597.697
Valor unitário das quotas	1,00	1,00
Número de associados	10.479	9.562

Neste exercício foram atribuídos juros sobre o capital social equivalente a 6% ao ano, calculados proporcionalmente ao valor do capital social integralizado até 31 de dezembro de 2025 no montante de R\$ 10.642 (R\$ 9.299 em 2024).

De acordo com o Art. 19 do Estatuto Social, cumpre ao Conselho de Administração elaborar a tabela básica de capital para identificar a quantidade de quotas-partes a serem subscritas pelo associado, a qual determina o valor mínimo de acordo com a atividade por ele exercida, a proporcionalidade da operação, bem como a forma de integralização.

No ano de 2025 foram integralizados no capital social dos associados, um montante de R\$ 7 (66 em 2024), provenientes de integralização de capital de novos cooperados.

Para efeito de aumento de capital, conforme determina o Art. 21 do Estatuto Social, serão retidos até 3% do valor bruto da produção comercializada pelo associado, até 31 de dezembro de 2025 o montante retido foi de R\$ 33.059 (R\$ 31.305 em 2024).

A cooperativa restituirá parte do capital social conforme determina o Art. 29 do Estatuto Social para o associado que completar 20 ou mais anos de filiação na proporção:

- de 20% do valor de suas quotas-parte aquele que se enquadrar na faixa etária de 55 a 59 anos de idade;
- de 40% do valor de suas quotas-parte aquele que se enquadrar na faixa etária de 60 a 64 anos de idade;
- de 60% do valor de suas quotas-parte aquele que se enquadrar na faixa etária de 65 a 69 anos de idade;
- da totalidade de suas quotas-parte ao associado que completar 70 anos de idade, e posteriormente, a cada novo ciclo de 5 anos, obrigando-se a preservar sempre o valor mínimo exigido para admissão na Cooperativa.

Em 31 de dezembro de 2025 foram restituídos o montante de R\$ 1.963 (R\$ 1.696 em 2024) referente à demissão, exclusão e eliminação e R\$ 7.857 (R\$ 6.464 em 2024) referente à cooperados com mais de 55 anos.

b. Reservas e destinações

De acordo com os Art. 86 e 88 do Estatuto Social as destinações dos resultados serão feitas de acordo com sua natureza sendo:

(i) Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES

O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é calculada da seguinte maneira:

- (a) 10% das sobras apuradas no exercício;
- (b) Resultados decorrentes da participação em sociedades não cooperativas;
- (c) Resultados de operações com terceiros;
- (d) Créditos de terceiros não reclamados, decorridos um ano.

(ii) Reserva legal

A reserva legal é calculada da seguinte maneira:

- (a) 20% das sobras apuradas no exercício;
- (b) Créditos de associados não reclamados, decorridos um ano;
- (c) Capital a restituir não reclamado após dois anos de desligamento do associado;
- (d) Auxílios e doações sem destinações específicas.

(iii) Reserva de desenvolvimento

De acordo com o estatuto da Cooperativa, a reserva de desenvolvimento é calculado em 25% das sobras apuradas no exercício.

(iv) Sobras a disposição da Assembleia Geral Ordinária – AGO

Os 45% remanescentes, serão distribuídos, após o referendo da Assembleia Geral Ordinária, entre os associados, proporcionalmente ao valor das operações por eles efetuadas no período com a Cooperativa.

As sobras referente a 2024 no valor de R\$ 210.077 foram liquidadas em 2025. As destinações legais em 31 de dezembro de 2025 se deram da seguinte forma:

2025			
	Cooperados	Não cooperados	Total
Sobra e lucro líquido do exercício	828.321	81.311	909.632
Reserva de capital (subvenções)	(157.759)	(16.010)	(173.769)
Constituição/Reversão de reserva especial	(204.241)	-	(204.241)
Constituição/Reversão Reserva para manutenção de riscos	(116.749)	-	(116.749)
Juros sobre o capital próprio	-	(10.642)	(10.642)
Resultado de equivalência patrimonial	(2.575)	(261)	(2.836)
Sobras Cotriguaçu / Frimesa	(943)	(96)	(1.039)
Saldo antes das destinações	346.054	54.302	400.356
FATES - resultado com terceiros	-	(54.302)	(54.302)
FATES (10%)	(34.605)	-	(34.605)
Reserva legal (20%)	(69.211)	-	(69.211)
Reserva de desenvolvimento (25%)	(86.514)	-	(86.514)
Sobras a disposição da AGO	155.724	-	155.724

	Cooperados	Não cooperados	Total
Sobra e lucro líquido do exercício	728.631	76.357	804.988
Reserva de capital (subvenções)	(148.398)	(17.306)	(165.703)
Constituição/Reversão de reserva especial	(125.814)	-	(125.814)
Juros sobre o capital próprio	-	(9.299)	(9.299)
Resultado de equivalência patrimonial	(2.126)	(431)	(2.558)
Sobras Cotriguaçu / Frimesa	(1.574)	-	(1.574)
Destinação	16.118	(16.118)	-
Saldo antes das destinações	466.837	33.203	500.040
FATES - resultado com terceiros	-	(33.203)	(33.203)
FATES (10%)	(46.684)	-	(46.684)
Reserva legal (20%)	(93.367)	-	(93.367)
Reserva de desenvolvimento (25%)	(116.709)	-	(116.709)
Sobras a disposição da AGO	210.077	-	210.077

c. Reserva especial

De acordo com Art. 90 do Estatuto Social, a Assembleia Geral poderá criar outras reservas, inclusive rotativas, com recursos destinados a fins específicos, fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

Tendo em vista os bons resultados apresentados pela atividade avícola e suinícola, optou-se pela criação de uma reserva especial, a qual poderá ser revertida futuramente para amortizar possíveis resultados negativos apresentado pelas atividades.

A reserva especial está representada da seguinte forma:

Discriminação	Aves	Suínos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	260.000	33.832	293.832
Correção das reservas	21.450	2.791	24.241
Constituição de reserva	<u>160.000</u>	<u>20.000</u>	<u>180.000</u>
(=) Constituição/reversão reserva especial	<u>181.450</u>	<u>22.791</u>	<u>204.241</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>441.450</u>	<u>56.623</u>	<u>498.073</u>

Discriminação	Aves	Suínos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	124.808	43.210	168.018
Correção das reservas	-	2.234	2.234
Reversão de reserva	<u>(142.395)</u>	<u>(21.612)</u>	<u>(164.007)</u>
Constituição de reserva	<u>277.587</u>	<u>10.000</u>	<u>287.587</u>
(=) Constituição/reversão reserva especial	<u>135.192</u>	<u>(9.378)</u>	<u>125.814</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>260.000</u>	<u>33.832</u>	<u>293.832</u>

d. Reserva de capital

Instituída pela Lei Estadual 13.212/2001 (Lei Brandão), refere-se a créditos presumido de ICMS que visa igualar as condições tributárias das indústrias de carnes instaladas no Paraná com os demais Estados do País. Refere-se à redução de base de cálculo de ICMS.

A evolução da reserva de capital refere-se a Lei Brandão nº 13.212/2001 que equipara as condições tributárias das indústrias de carnes instaladas no Paraná com os demais Estados do país. O montante incentivado em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 173.769 (R\$ 165.703 em 2024).

e. Ajuste de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial estão representados da seguinte forma:

	Controladora	
	2024	2023
Terrenos	66.399	66.399
Edificações	<u>16.181</u>	<u>18.778</u>
	<u>82.580</u>	<u>85.177</u>

f. Contabilidade de hedge

Compreende a parcela efetiva da variação líquida acumulada no valor justo dos instrumentos de *hedge* utilizados em *hedge* de fluxo de caixa, até que seja reconhecido no resultado ou diretamente incluído no custo inicial ou outro valor contábil de um ativo ou passivo não financeiro. Em 31 de dezembro de 2025 a variação líquida acumulada no valor justo dos instrumentos de *hedge* foi de 22.190 (R\$ 36.083 em 2024), fazendo com que o saldo destas transações nesta data seja de (R\$ 10.109) (R\$ 32.299 em 2024).

27 Ingressos e receitas operacionais líquidas

			Controladora		Consolidado	
	Cooperados	Não cooperados	2025	2024	2025	2024
Vendas mercado interno	6.773.221	975.891	7.749.112	6.998.292	7.749.155	6.998.450
Vendas mercado externo	3.341.573	47.341	3.388.914	3.616.111	3.388.914	3.616.111
Receita com prestação de serviços	-	1.443	1.443	3.044	28.545	27.594
Ingressos e receita bruta	10.114.794	1.024.675	11.139.469	10.617.447	11.166.614	10.642.155
(-) Impostos sobre vendas	(226.564)	(22.993)	(249.557)	(225.211)	(252.458)	(227.827)
(-) Devoluções e abatimentos	(185.684)	(20.949)	(206.633)	(127.135)	(206.633)	(127.139)
(-) Descontos incondicionais	(198.746)	(16.235)	(214.981)	(94.694)	(214.981)	(94.694)
Total ingressos e receita líquida	9.503.800	964.498	10.468.298	10.170.407	10.492.542	10.192.495

28 Dispendios e custos das vendas e serviços

			Controladora		Consolidado	
	Cooperados	Não cooperados	2025	2024	2025	2024
Matéria-prima	6.057.033	614.701	6.671.734	6.364.896	6.671.734	6.364.896
Depreciação e amortização	253.704	25.747	279.451	268.818	279.494	243.106
Depreciação direito de uso	43.735	4.438	48.173	48.528	48.173	54.689
Exaustão de reflorestamento	6.626	672	7.298	6.927	7.298	6.927
Salários e ordenados	348.939	35.413	384.352	340.106	384.352	340.106
Terceirização de pessoal	36.066	3.660	39.726	33.674	39.726	33.674
Manutenção e reparos	170.223	17.276	187.499	112.872	187.695	113.081
Energia elétrica	88.044	8.935	96.979	106.460	97.709	107.183
Material de uso e consumo	62.601	6.353	68.954	60.937	68.954	60.937
Vale transporte	33.913	3.442	37.355	39.708	37.355	39.708
Vale alimentação	74.978	7.609	82.587	71.806	82.587	71.806
Frete	12.537	1.272	13.809	13.060	13.809	13.060
Indenizações trabalhistas	6.967	707	7.674	12.462	7.674	12.462
INSS	76.358	7.749	84.107	68.240	84.107	68.240
FGTS	33.774	3.428	37.202	35.415	37.202	35.415
Combustíveis e lubrificantes	37.141	3.769	40.910	29.523	40.910	29.523
Provisão de férias	41.649	4.227	45.876	44.742	45.876	44.742
Provisão de 13º salário	28.749	2.918	31.667	30.474	31.667	30.474
Outros custos	160.982	16.337	177.319	101.164	187.858	130.081
	7.574.020	768.652	8.342.672	7.789.812	8.354.180	7.800.110

29 Dispendios e despesas comerciais

	Cooperados	Não cooperados	Controladora		Consolidado	
			2025	2024	2025	2024
Fretes	437.440	44.394	481.834	452.995	481.834	452.999
Acordos e descontos	8.139	826	8.965	21.346	8.965	21.346
Despesas portuárias de exportação	40.112	4.071	44.183	32.899	44.183	32.899
Pedágio nacional	5.493	557	6.050	4.882	6.050	4.882
Comissões e bonificações	7.750	786	8.536	8.524	8.536	8.524
Outras	2.926	297	3.223	3.376	3.752	3.935
	<u>501.860</u>	<u>50.931</u>	<u>552.791</u>	<u>524.022</u>	<u>553.320</u>	<u>524.585</u>

30 Dispendios e despesas administrativas

	Cooperados	Não cooperados	Controladora		Consolidado	
			2025	2024	2025	2024
Provisão diversas	32.648	3.313	35.961	136.543	35.961	136.543
Depreciação e amortização	75.903	7.703	83.606	69.879	86.365	72.511
Depreciação direito de uso	9.815	996	10.811	4.657	10.811	4.657
Consultoria e assistência técnica	45.704	4.638	50.342	49.923	50.343	49.923
Material de uso e consumo	31.034	3.149	34.183	27.173	34.273	27.235
Armazenagem	3.920	398	4.318	3.580	4.318	3.580
Publicidade e propaganda	19.991	2.029	22.020	12.433	22.020	12.433
Energia elétrica	23.608	2.396	26.004	14.123	26.407	14.573
Combustíveis e lubrificantes	13.642	1.384	15.026	22.427	15.045	22.447
Manutenção e reparos	34.907	3.542	38.449	84.994	38.762	85.318
Aluguéis e arrendamentos	13.939	1.415	15.354	3.082	15.386	3.096
Fretes	6.570	667	7.237	8.237	7.241	8.238
Perdas recebimento de crédito	7.271	738	8.009	3.447	8.009	3.447
Seguro de imobilizado/estoque	20.853	2.116	22.969	18.177	22.969	18.177
Brindes, doações e patrocínios	6.722	682	7.404	7.202	7.404	7.202
Outras	12.522	1.272	13.794	15.150	14.173	15.492
	<u>359.049</u>	<u>36.438</u>	<u>395.487</u>	<u>481.027</u>	<u>399.487</u>	<u>484.872</u>

31 Dispendios e despesas com pessoal

	Cooperados	Não cooperados	Controladora		Consolidado	
			2025	2024	2025	2024
Salários e ordenados	136.914	13.894	150.808	153.367	153.217	155.409
Terceirização de pessoal	45.700	4.638	50.338	28.642	50.338	28.642
Vale alimentação	31.378	3.184	34.562	32.207	34.738	32.344
INSS	37.579	3.814	41.393	36.044	42.306	36.744
FGTS	17.072	1.733	18.805	16.476	19.048	16.684
PPR	40.246	4.084	44.330	55.342	44.603	55.606
Provisão de férias	21.555	2.188	23.743	17.091	24.055	17.378
Provisão de 13º salário	14.561	1.478	16.039	13.420	16.269	13.614
Indenizações trabalhistas	3.056	310	3.366	2.255	3.366	2.255
Outros	9.632	978	10.610	5.865	11.032	6.199
	<u>357.693</u>	<u>36.301</u>	<u>393.994</u>	<u>360.709</u>	<u>398.972</u>	<u>364.875</u>

32 Outros dispêndios e ingressos operacionais

	Cooperados	Não cooperados	Controladora		Consolidado	
			2025	2024	2025	2024
Crédito de PIS/COFINS	52.393	5.317	57.710	(2.028)	57.710	(2.028)
Vendas de Sucatas	23.325	2.367	25.692	24.875	25.692	24.875
Resultado com participações em cooperativas	7.008	-	7.008	7.269	7.008	7.269
Venda de imobilizado	32.530	3.301	35.831	32.974	35.934	32.974
Indenização do seguro abatedouro aves Cafelândia	151.386	15.363	166.749	15.000	166.749	15.000
Outros	10.903	1.107	12.010	13.923	11.897	14.056
	<u>277.545</u>	<u>27.455</u>	<u>305.000</u>	<u>92.013</u>	<u>304.990</u>	<u>92.146</u>

33 Resultado financeiro

	Cooperados	Não cooperados	Controladora		Consolidado	
			2025	2024	2025	2024
Variação cambial ativa	96.154	59.534	155.688	238.954	155.688	238.954
Rendimento de aplicações	-	263.793	263.793	177.708	265.080	178.449
Juros e descontos recebidos	37.948	9.856	47.804	40.456	47.848	40.484
Variação monetária ativa	4.175	1.084	5.259	13.548	5.292	13.561
Prêmio com operações de trava	6.105	1.586	7.691	3.966	7.691	3.966
Ajuste a Valor Presente - Insumos	68.627	17.820	86.447	-	86.447	-
Outras	8.320	2.161	10.481	11.069	10.481	11.069
	<u>221.329</u>	<u>355.834</u>	<u>577.163</u>	<u>485.701</u>	<u>578.527</u>	<u>486.483</u>

	Cooperados	Não cooperados	Controladora		Consolidado	
			2025	2024	2025	2024
Juros sobre financiamentos	(60.701)	(233.686)	(294.387)	(272.815)	(294.387)	(272.815)
Variação cambial passiva	(102.535)	(40.984)	(143.519)	(244.300)	(143.519)	(244.300)
Juros e descontos concedidos	(114.161)	(45.631)	(159.792)	(175.292)	(160.341)	(175.751)
Variação monetária passiva	(6.847)	(2.737)	(9.584)	(2.826)	(9.584)	(2.826)
Juros de direito de uso	(10.496)	(4.196)	(14.692)	(15.437)	(14.692)	(15.437)
Outras	(19.928)	(7.965)	(27.893)	(12.920)	(27.938)	(12.951)
	<u>(314.668)</u>	<u>(335.199)</u>	<u>(649.867)</u>	<u>(723.590)</u>	<u>(650.461)</u>	<u>(724.080)</u>

34 Demonstração de sobras ou perdas por negócio (Lei n.º 5.764/71)

Atendendo ao disposto na Lei n.º 5.764/71 e NBC ITG/CFC nº 2004 Entidade Cooperativa, apresentamos as sobras e perdas apuradas em 31 de dezembro de 2025 e 2024, demonstradas segregadamente por atividades desenvolvidas pela cooperativa, conforme segue:

	2025								
	Carnes	Peixe	Cereais/ Insumos	Supermercados	Revenda	Nutrição Animal	Suínos	Leite	Total
Receita líquida	5.140.710	615.272	3.321.685	302.375	151.911	324.430	570.582	41.333	10.468.298
(-) Custos e instrumentos financeiros	<u>(4.030.753)</u>	<u>(496.132)</u>	<u>(2.679.551)</u>	<u>(245.636)</u>	<u>(119.397)</u>	<u>(269.299)</u>	<u>(513.622)</u>	<u>(36.266)</u>	<u>(8.390.656)</u>
Sobra e lucro bruto	<u>1.109.957</u>	<u>119.140</u>	<u>642.134</u>	<u>56.739</u>	<u>32.514</u>	<u>55.131</u>	<u>56.960</u>	<u>5.067</u>	<u>2.077.642</u>
(-) Despesas e outras receitas	<u>(525.913)</u>	<u>(62.467)</u>	<u>(399.567)</u>	<u>(40.928)</u>	<u>(24.533)</u>	<u>(35.664)</u>	<u>(1.363)</u>	<u>(4.871)</u>	<u>(1.095.306)</u>
(-) Resultado financeiro	<u>(27.447)</u>	<u>(14.462)</u>	<u>(18.002)</u>	<u>(3.834)</u>	<u>(279)</u>	<u>(1.807)</u>	<u>(6.873)</u>	<u>-</u>	<u>(72.704)</u>
Resultado líquido	<u>556.597</u>	<u>42.211</u>	<u>224.565</u>	<u>11.977</u>	<u>7.702</u>	<u>17.660</u>	<u>48.724</u>	<u>196</u>	<u>909.632</u>

	2024								
	Carnes	Peixe	Cereais/ Insumos	Supermercados	Revenda	Nutrição Animal	Suínos	Leite	Total
Receita líquida	5.287.572	559.482	3.059.319	281.277	150.077	307.892	482.813	41.976	10.170.407
(-) Custos e instrumentos financeiros	(3.743.504)	(410.689)	(2.557.974)	(225.223)	(117.465)	(268.718)	(450.872)	(37.247)	(7.811.692)
Sobra e lucro bruto	1.544.068	148.793	501.345	56.053	32.612	39.174	31.941	4.729	2.358.715
(-) Despesas e outras receitas	(980.153)	(78.358)	(151.169)	(40.552)	(22.678)	(31.517)	(6.277)	(5.134)	(1.315.838)
(-) Resultado financeiro	(68.065)	(12.346)	(143.590)	(1.958)	(1.958)	(3.279)	(6.692)	-	(237.889)
Resultado líquido	495.849	58.089	206.586	13.543	7.975	4.378	18.972	(404)	804.988

35 Arrendamentos a pagar

A Cooperativa arrenda imóveis, planta industrial e terras para plantação de eucalipto. Os pagamentos de arrendamento são reajustados individualmente e de acordo com cada contrato, para refletir os valores de mercado. Alguns arrendamentos proporcionam pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados em alterações do índice geral de preços. Os pagamentos relacionados aos contratos de arrendamento de terras são pagos em sacas de soja, e desta forma, acompanham às oscilações nos preços de *commodities*.

Anteriormente, os arrendamentos de máquinas e equipamentos, imóveis e veículo eram classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1).

Os contratos de baixo valor ou de curto prazo enquadrados na isenção da norma representados, substancialmente, por locação de equipamentos, barracões, empilhadeiras, entre outros. A Cooperativa optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para esses arrendamentos, e nem os contratos cujo prazo é inferior a 12 meses.

A movimentação do direito de uso, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi a seguinte:

Ativos de direito de uso	Terras	Imóveis	Planta Industrial	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	209.255	19.266	196.162	424.683
Adições	13.823	4.282	-	18.105
Baixas	(168)	-	(1.191)	(1.359)
Depreciação (i)	(13.092)	(6.295)	(51.992)	(72.009)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	209.818	16.623	142.979	369.420

Ativos de direito de uso	Terras	Imóveis	Planta Industrial	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	170.614	9.491	261.337	441.442
Adições	49.493	15.645	-	65.138
Baixas	-	-	(11.198)	(11.198)
Depreciação (i)	(10.852)	(5.870)	(53.977)	(70.699)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	209.255	19.266	196.162	424.683

A depreciação do direito de uso durante o exercício de 2025 foi de R\$ 72.009, desse montante foi transferido R\$ 13.092 para o ativo biológico na rubrica de florestas em formação, esse valor é transferido ao resultado no momento do corte das florestas.

A movimentação do passivo de arrendamento, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foi a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2024	443.544
Adições	4.735
Pagamentos	(74.486)
Juros reconhecidos	14.692
Saldo em 31 de dezembro de 2025	388.485
Circulante	80.063
Não circulante	308.422
Saldo em 31 de dezembro de 2023	460.033
Adições	36.426
Pagamentos	(68.352)
Juros reconhecidos	15.436
Saldo em 31 de dezembro de 2024	443.544
Circulante	74.965
Não circulante	368.579

36 Instrumentos financeiros

a. Gerenciamento dos riscos:

Visão geral

A Cooperativa possui exposição para os seguintes riscos: de crédito, de liquidez e de mercado resultantes de instrumentos financeiros.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Cooperativa para cada um dos riscos acima, os objetivos da Cooperativa, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do patrimônio da Cooperativa.

b. Estrutura de gerenciamento dos riscos

A Cooperativa mantém operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos é efetuado por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Cooperativa pretende cobrir (por exemplo: câmbio, taxa de juros e preço das *commodities*).

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Cooperativa não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Cooperativa. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Cooperativa.

A Cooperativa segue o gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito e a qualidade do *hedge* das contrapartes.

Nos termos dessa gestão, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira, mediante exame e revisão de informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo procedimentos e práticas a ele aplicadas. Nas condições de sua gestão de riscos, a Cooperativa administra alguns dos riscos através da utilização de instrumentos derivativos, que geralmente proíbem negociações especulativas e vendas a descoberto.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir. Não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas.

	Controladora				Consolidado			
	Custo amortizado	Instrumentos financeiros (VRJ)	Instrumentos financeiros (VJORA)	Total contábil	Custo amortizado	Instrumentos financeiros (VRJ)	Instrumentos financeiros (VJORA)	Total contábil
Em 31 de dezembro 2025								
Ativos financeiros								
Caixa e equivalentes de caixa	2.030.126	-	-	2.030.126	2.040.810	-	-	2.040.810
Aplicações financeiras	22.583	-	-	22.583	22.583	-	-	22.583
Contas a receber	1.407.714	-	-	1.407.714	1.408.600	-	-	1.408.600
Instrumentos financeiros derivativos	-	66.831	-	66.831	-	66.831	-	66.831
Outros créditos a receber	243.634	-	-	243.634	248.753	-	-	248.753
	<u>3.704.057</u>	<u>66.831</u>	<u>-</u>	<u>3.770.888</u>	<u>3.720.746</u>	<u>66.831</u>	<u>-</u>	<u>3.787.577</u>
Passivos financeiros								
Débito cooperados e não cooperados	556.221	1.238.715	-	1.794.936	556.221	1.238.715	-	1.794.936
Fornecedores	715.964	-	-	715.964	718.960	-	-	718.960
Empréstimos e financiamentos	2.681.848	-	-	2.681.848	2.686.922	-	-	2.686.922
Instrumentos financeiros derivativos	-	102.502	-	102.502	-	102.502	-	102.502
	<u>3.954.033</u>	<u>1.341.217</u>	<u>-</u>	<u>5.295.250</u>	<u>3.962.103</u>	<u>1.341.217</u>	<u>-</u>	<u>5.303.320</u>

	Controladora				Consolidado			
	Custo amortizado	Instrumentos financeiros (VRJ)	Instrumentos financeiros (VJORA)	Total contábil	Custo amortizado	Instrumentos financeiros (VRJ)	Instrumentos financeiros (VJORA)	Total contábil
Em 31 de dezembro 2024								
Ativos financeiros								
Caixa e								
Equivalentes de caixa	1.564.839	-	-	1.564.839	1.573.851	-	-	1.573.851
Aplicações financeiras	312.821	-	-	312.821	312.821	-	-	312.821
Contas a receber	1.524.069	-	-	1.524.069	1.524.592	-	-	1.524.592
Instrumentos financeiros derivativos	-	122.750	-	122.750	-	122.750	-	122.750
Outros créditos a receber	277.347	-	-	277.347	281.118	-	-	281.118
	<u>3.679.076</u>	<u>122.750</u>	<u>-</u>	<u>3.801.826</u>	<u>3.692.382</u>	<u>122.750</u>	<u>-</u>	<u>3.815.132</u>
Passivos financeiros								
Débito cooperados e não cooperados	444.783	1.125.214	-	1.569.997	444.783	1.125.214	-	1.569.997
Fornecedores	740.890	-	-	740.890	744.908	-	-	744.908
Empréstimos e financiamentos	2.981.307	-	-	2.981.307	2.986.133	-	-	2.986.133
Instrumentos financeiros derivativos	-	183.702	-	183.702	-	183.702	-	183.702
	<u>-</u>	<u>1.308.916</u>	<u>-</u>	<u>5.475.896</u>	<u>4.175.824</u>	<u>1.308.916</u>	<u>-</u>	<u>5.484.740</u>

As operações estão sujeitas aos fatores de riscos, descritos a seguir:

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Cooperativa incorrer em perdas decorrentes de inadimplência de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha deste em cumprir com suas obrigações contratuais.

O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

A exposição da Cooperativa a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Cooperativa considera a distribuição geográfica dos clientes em sua avaliação, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito.

A Cooperativa estabeleceu uma política de crédito, na qual novos clientes são analisados individualmente quanto à sua condição financeira antes da Cooperativa apresentar sua proposta de limite de crédito e os termos de pagamento. A revisão efetuada pela Cooperativa inclui ratings externos, quando disponíveis, e referências bancárias.

Para mitigar esses riscos, a Cooperativa adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente, e representam o montante máximo de exposição. Os limites são revistos periodicamente. Clientes que não atenderem às condições de crédito estabelecidas pela Cooperativa, somente são atendidos na medida em que realizarem a antecipação do pagamento.

No monitoramento do risco de crédito, os clientes são analisados de acordo com suas características de crédito, incluindo se estes são clientes pessoas físicas ou jurídicas, se são industriais, atacadistas, revendedores ou clientes finais, a área geográfica, o ramo de atividade e a existência de dificuldades financeiras no passado. Clientes que são considerados como “risco alto” são monitorados, e vendas são realizadas somente com pagamento antecipado.

A política de vendas da Cooperativa considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas "contas a receber".

A política de crédito da Cooperativa com o associado considera o nível de risco que está disposta a se sujeitar nas relações negociais próprias, utilizando de premissas e diretrizes na análise de concessão do crédito. O processo leva em conta os antecedentes, a capacidade, o comprometimento do patrimônio, o oferecimento de garantias reais e o grau de exposição ao risco. A gestão de crédito considera o grau de endividamento do associado, mitigando dessa forma o risco de inadimplência.

No que diz respeito às aplicações financeiras e demais investimentos, a Cooperativa tem como política trabalhar com instituições de primeira linha e de baixo risco avaliadas por agências de rating e não ter investimentos concentrados em um único grupo econômico.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Cooperativa irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Cooperativa na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Cooperativa.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

Tipicamente, a Cooperativa garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com dispêndios e despesas operacionais esperadas, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

Em 31 de dezembro 2025	Total contábil	Até 12 meses	2027	2028	2029 a 2036
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	2.030.126	2.030.126	-	-	-
Aplicações financeiras	22.583	-	8.994	-	13.589
Contas a receber	1.407.714	1.384.894	11.466	6.862	4.492
Instrumentos financeiros derivativos	66.831	66.831	-	-	-
Outros créditos a receber	243.634	243.634	-	-	-
	<u>3.770.888</u>	<u>3.725.485</u>	<u>20.460</u>	<u>6.862</u>	<u>18.081</u>
Passivos financeiros					
Débito cooperados e não cooperados	1.794.936	1.794.936	-	-	-
Fornecedores	715.964	707.208	1.756	875	6.125
Empréstimos e financiamentos	2.681.848	728.793	921.574	382.677	648.804
Instrumentos financeiros derivativos	102.502	102.502	-	-	-
	<u>5.295.250</u>	<u>3.333.439</u>	<u>923.330</u>	<u>383.552</u>	<u>654.929</u>

Em 31 de dezembro 2024	Total contábil	Até 12 meses	2026	2027	2028 a 2035
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	1.564.839	1.564.839	-	-	-
Aplicações financeiras	312.821	298.043	-	600	14.178
Contas a receber	1.524.069	1.491.664	22.108	5.932	4.365
Instrumentos financeiros derivativos	122.750	122.750	-	-	-
Outros créditos a receber	277.347	277.347	-	-	-
	<u>3.801.826</u>	<u>3.754.643</u>	<u>22.108</u>	<u>6.532</u>	<u>18.543</u>
Passivos financeiros					
Débito cooperados e não cooperados	1.569.997	1.569.997	-	-	-
Fornecedores	740.890	662.227	70.238	1.104	7.321
Empréstimos e financiamentos	2.981.307	1.403.751	720.072	318.496	538.988
Instrumentos financeiros derivativos	183.702	183.702	-	-	-
	<u>5.475.896</u>	<u>3.819.677</u>	<u>790.310</u>	<u>319.600</u>	<u>546.309</u>

Risco de mercado

(i) Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado (tais como as taxas de câmbio, preços de commodities e taxas de juros), têm nos ganhos da Cooperativa ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Cooperativa opera com instrumentos financeiros derivativos e também cumpre com obrigações financeiras para gerenciar riscos de mercado. Todas estas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração.

As oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos ingressos e receitas e nos dispêndios, despesas e custos da Cooperativa. Para mitigar esses riscos, a Cooperativa monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

(ii) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade da Cooperativa incorrer em ganhos e/ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros e que aumentem os dispêndios e despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Visando à mitigação desse tipo de risco, a Cooperativa monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas, buscando diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas, e em determinadas circunstâncias são efetuadas operações com instrumentos financeiros derivativos para travar o custo financeiro das operações.

(iii) *Risco com taxa de câmbio*

A Cooperativa está sujeita ao risco de moeda nas vendas, compras e empréstimos denominados em uma moeda diferente da moeda funcional da Cooperativa, o Real (R\$). A moeda nas quais estas transações são denominadas é principalmente o Dólar (USD).

Em geral, a Cooperativa protege (*hedge*) sua exposição esperada de moeda estrangeira com relação a vendas e compras previstas para os próximos doze meses. A Cooperativa também protege as contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores, denominadas em moeda estrangeira, quando existentes. A Cooperativa utiliza contratos de mercado futuro para proteger seu risco de moeda, sendo a maioria com vencimento de menos de um ano da data das demonstrações financeiras.

A Cooperativa tem compromissos de compras, bem como parte do ingresso e da receita de vendas de commodities com preços que variam de acordo com oscilações de moeda estrangeira. Em complemento a este *hedge* natural, a Cooperativa contrata derivativos para reduzir a exposição ao risco de mudança na taxa de câmbio.

(iv) *Risco de variações de preços de commodities*

A Cooperativa possui saldos e transações indexados ao preço das commodities, em especial da soja, milho e trigo, expondo estes ativos e passivos às flutuações no preço das commodities, conforme demonstrado no quadro de sensibilidade.

A Cooperativa possui contratos de derivativos para fazer *hedge* contra esse risco. Adicionalmente, a Cooperativa monitora continuamente a sua exposição frente ao preço das commodities com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de novas operações de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade desses preços.

(v) *Risco de estrutura de capital (risco financeiro)*

Decorre da escolha entre capital próprio e capital de terceiros que a Cooperativa faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Cooperativa monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. Em determinadas circunstâncias são efetuadas operações de *hedge* para evitar oscilações do custo financeiro das operações.

Instrumentos financeiros derivativos

A Cooperativa tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos exclusivamente com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação, contra os riscos de flutuação na taxa de câmbio, e não são utilizados para fins especulativos.

A Administração da Cooperativa mantém monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados por meio dos seus controles internos. O valor justo estimado para os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Cooperativa foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo de cada operação.

As perdas e os ganhos com as operações de derivativos são reconhecidos mensalmente considerando o valor justo (mercado) desses instrumentos. A provisão para as perdas ou ganhos não realizadas é reconhecida na conta "instrumentos derivativos", no balanço patrimonial e as contrapartidas no resultado, exceto as operações classificadas como instrumentos de *hedge* utilizados em *hedge* de fluxo de caixa que possuem as contrapartidas no patrimônio líquido, conforme nota explicativa 26f.

Os contratos futuros relacionados com moeda estrangeira são contratados com o objetivo principal de proteger vendas futuras em moeda estrangeira não apresentando, portanto, riscos que possam gerar prejuízos materiais para a Cooperativa.

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com instituições financeiras de primeira linha, no Brasil e no exterior.

No quadro abaixo, demonstramos as origens e classificações dos saldos nas demonstrações financeiras:

2025							
Ativo	Soja	Milho	Trigo	Farelo / Óleo soja	Fertilizante	Moeda	Total
Compra e venda futura de <i>commodities</i> (i)	12.293	726	-	2.474	-	-	15.493
<i>Non Deliverable Forward</i> – NDF (ii)	-	-	-	-	-	3.255	3.255
Trava cambial	-	-	-	-	-	311	311
<i>Swap</i> (iii)	-	-	-	-	-	-	0
Opções (iv)	19.594	-	-	7.400	-	12.090	39.084
Futuro	229	-	-	8.264	-	-	8.493
Basis Asian	195	-	-	-	-	-	195
	<u>32.311</u>	<u>726</u>	<u>-</u>	<u>18.138</u>	<u>-</u>	<u>15.656</u>	<u>66.831</u>
Passivo							
Compra e venda futura de <i>commodities</i> (i)	24.961	-	33	19	-	-	25.013
<i>Non Deliverable Forward</i> - NDF(ii)	-	-	-	-	-	5.633	5.633
Trava cambial	-	-	-	-	-	665	665
Opções (iv)	28.165	-	-	8.061	-	7.195	43.421
<i>Swap</i> (iii)	-	-	-	-	-	16.540	16.540
Futuro	8.471	-	-	-	-	-	8.471
Basis Asian	179	-	-	-	-	-	179
Asian Swap DF	-	-	-	-	-	-	-
Arrendamento a pagar (v)	2.580	-	-	-	-	-	2.580
	<u>64.356</u>	<u>-</u>	<u>33</u>	<u>8.080</u>	<u>-</u>	<u>30.033</u>	<u>102.502</u>
Circulante							(99.922)
Não circulante							(2.580)

Ativo	Soja	Milho	Trigo	Farelo / Óleo soja	Fertilizante	Moeda	Total
Compra e venda futura de <i>commodities</i> (i)	3.653	11.372	348	1.084	-	-	16.458
<i>Non Deliverable Forward</i> – NDF (ii)	-	-	-	-	-	572	572
Trava cambial	-	-	-	-	-	185	185
Swap (iii)	-	-	-	-	-	17.919	17.919
Opções (iv)	34.453	0	-	3.882	-	36.345	74.680
Futuro	12.764	0	-	-	-	-	12.764
Basis Asian	172	-	-	-	-	-	172
	<u>51.042</u>	<u>11.372</u>	<u>348</u>	<u>4.966</u>	<u>-</u>	<u>55.022</u>	<u>122.750</u>
Passivo							
Compra e venda futura de <i>commodities</i> (i)	7.505	532	8	420	-	-	8.465
<i>Non Deliverable Forward</i> – NDF (ii)	-	-	-	-	-	44.259	44.259
Trava cambial	-	-	-	-	-	4.196	4.196
Opções (iv)	35.359	-	-	8.802	-	11.816	55.976
Swap (iii)	-	-	-	-	-	33.331	33.331
Futuro	10.166	7.154	117	1.868	-	-	19.306
Basis Asian	-	-	-	-	-	-	-
Asian Swap DF	-	-	-	-	172	-	172
Arrendamento a pagar (v)	17.998	-	-	-	-	-	17.998
	<u>71.028</u>	<u>7.686</u>	<u>125</u>	<u>11.090</u>	<u>172</u>	<u>93.601</u>	<u>183.702</u>
Circulante							(42.954)
Não circulante							(17.998)

(vi) *Contratos a termo de Commodities*

Os valores classificados como contratos de *commodities* referem-se ao valor justo de operações de compra e venda futura de *commodities* através de contrato junto aos associados, clientes e instituições financeiras.

Os valores justos foram estimados com base em informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações, trazidas a valor presente.

A chamada de margem é uma equalização financeira exigida pelas bolsas de valores em operações que envolvem risco, com o objetivo de manter o bom funcionamento do mercado.

(vii) *NDFs*

Os valores classificados como contratos a termo cambiais referem-se ao valor justo de operações de NDF (*Non Deliverable Forwards*) de câmbio para proteção das exposições. Os valores justos foram estimados com base em informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações, trazidas a valor presente.

A Cooperativa realiza operações de instrumento financeiro *Non Deliverable Forward* - NDF, que se constitui em um acordo entre a Cooperativa e o banco, de compra e/ou venda de uma quantidade determinada de moeda estrangeira em uma data futura, por uma taxa pré-definida. Não há desembolso de caixa no início da operação e no vencimento a liquidação é realizada pela diferença entre a taxa contratada e a taxa de liquidação efetiva da moeda (definida no início da operação). O principal objetivo é oferecer uma trava de taxa futura de câmbio do contas a pagar ou a receber em moeda estrangeira no futuro. A diferença entre a taxa contratada e as cotações da moeda é ajustada diariamente por desembolsos ou reembolsos de caixa, reconhecidos no resultado financeiro. Não há entrega física de moeda.

(viii) *Swap*

As operações de *swap* são contratadas apenas como proteção do endividamento em moeda estrangeira, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira. Não há desembolso de caixa no início da operação e, no vencimento, a liquidação é realizada pela diferença entre a taxa contratada e a taxa efetiva da moeda.

Em 31 de dezembro de 2025, a Cooperativa detinha operações de *swap*, conforme demonstrado a seguir:

2025					
Modalidade	USD	R\$	Indexador ativo	Indexador passivo	MTM
Swap a termo	-	225.000	12,04%	100% CDI+0,76%	(8.747)
Swap a termo	-	112.000	5,29%	100% CDI+0,80%	(4.019)
Swap a termo	-	50.000	14,04%	100% CDI+0,70%	(344)
Swap a termo	-	250.000	12,96%	100% CDI+0,60%	(3.430)
					<u>(16.540)</u>
2024					
Modalidade	USD	R\$	Indexador ativo	Indexador passivo	MTM
Swap a termo	19.211	100.000	7,34%	100% CDI+1,39%	7.382
Swap a termo	-	100.000	10,85%	100% CDI+0,90%	(1.946)
Swap a termo	-	225.000	12,04%	100% CDI+0,76%	(14.842)
Swap a termo	-	112.000	5,29%	100% CDI+0,80%	4.850
Swap a termo	-	20.000	5,94%	100% CDI+0,60%	1.437
Swap a termo	-	250.000	12,95%	100% CDI+0,60%	(12.293)
					<u>(15.412)</u>

(ix) *Opções*

As operações de opções são contratadas como proteção para a variação no preço das *commodities*. Os valores justos foram estimados com base em informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações, trazidas a valor presente.

(x) *Arrendamento a pagar*

Refere-se à variação de preço de contratos de arrendamento de terras a pagar com sacas de soja. O valor é atualizado mensalmente com base no preço de mercado ao final de cada mês.

c. Análise de sensibilidade

A Cooperativa apresenta a seguir os quadros de sensibilidade para os riscos de variações cambiais e de variação de preço das *commodities* a que está exposta, considerando que os eventuais efeitos impactariam os resultados futuros, tomando como base as exposições apresentadas nos períodos.

Exposição ao câmbio

A Cooperativa possui ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2025 e 2024 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário I, a taxa de mercado futuro vigente no período de elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas, para o cenário II, esta taxa foi reduzida em 10%, e para o cenário III, foi aumentada em 10%.

Desta forma, o quadro abaixo demonstra o efeito da variação cambial no resultado futuro:

2025			
Posição	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Instrumentos financeiros derivativos - NDF / travas cambiais	(2.732)	(2.458)	(3.005)
Clientes exportação	(18.243)	(16.418)	(20.067)
Fornecedores importação	(1.089)	(980)	(1.197)
Dívida em moeda estrangeira – Swap	<u>(16.540)</u>	<u>(14.886)</u>	<u>(18.194)</u>
Posição líquida	<u><u>(38.604)</u></u>	<u><u>(34.743)</u></u>	<u><u>(42.464)</u></u>
2024			
Posição	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Instrumentos financeiros derivativos - NDF / travas cambiais	(47.697)	(42.927)	(52.467)
Clientes exportação	(18.243)	(16.419)	(20.067)
Fornecedores importação	(1.089)	(980)	(1.198)
Dívida em moeda estrangeira – Swap	<u>(15.412)</u>	<u>(13.870)</u>	<u>(16.953)</u>
Posição líquida	<u><u>(82.441)</u></u>	<u><u>(74.196)</u></u>	<u><u>(90.685)</u></u>

Exposição à variação do preço das commodities

A Cooperativa possui saldos atrelados à cotação dos valores das commodities no balanço de 31 de dezembro de 2025 e 2024 e para fins de análise de sensibilidade, adotou cotações vigentes em datas próximas à da divulgação das referidas demonstrações financeiras consolidadas como cenário I. Para o cenário II, estas cotações foram reduzidas em 10% e, para o cenário III, foram aumentadas em 10%.

Com tais considerações, o quadro abaixo demonstra o efeito da variação do preço das commodities no resultado futuro:

2025			
Posição	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Soja	(12.668)	(11.401)	(13.934)
Trigo	(33)	(29)	(36)
Milho	726	6530	798
Óleo / Farelo	<u>2.455</u>	<u>2.209</u>	<u>2.700</u>
Posição líquida	<u><u>(9.520)</u></u>	<u><u>(8.568)</u></u>	<u><u>(10.472)</u></u>

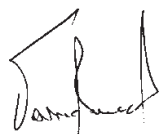
Posição	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Soja	(3.852)	(3.467)	(4.237)
Trigo	341	307	375
Milho	10.840	9.756	11.924
Óleo / Farelo	664	598	730
Posição líquida	7.993	7.194	8.792

b. Resultado com instrumentos financeiros

No exercício de 2025, a cooperativa apurou resultado negativo com instrumentos financeiros no montante de R\$ 47.984 (resultado negativo de R\$ 21.280 em 2024), decorrente de operações com contratos a termo de compra, contratos futuros de venda e operações de hedge realizadas na Bolsa de Chicago.

37 Cobertura de seguros

A política de seguros considera principalmente a concentração de riscos e sua relevância e os seguros são contratados por valores considerados suficientes pela Administração, considerando a natureza das atividades desenvolvidas pelo Grupo.



Valter Pitol
Diretor-presidente



James Fernando de Moraes
Diretor-vice-presidente



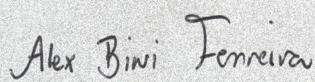
Solange Aparecida dos Santos Kosinski
Contadora CRC/PR 051.975/O-9

PARECER DO CONSELHO FISCAL

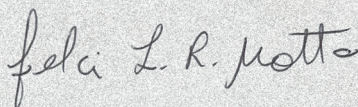
Nós, membros do Conselho Fiscal da **Copacol - Cooperativa Agroindustrial Consolata**, examinamos as demonstrações contábeis e as notas explicativas sobre o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, baseados nos trabalhos da Auditoria Externa e seu parecer, nos esclarecimentos prestados pelos Diretores, Superintendentes, Auditoria Interna, bem como nos relatórios a nós apresentados e nos acompanhamentos realizados por este Conselho durante todo o exercício, somos de parecer que as demonstrações contábeis refletem a posição da Cooperativa naquela data.

Portanto, recomendamos à Assembleia Geral Ordinária a sua aprovação.

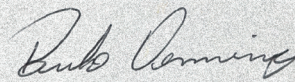
Cafelândia, 16 de janeiro de 2026.



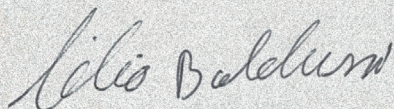
Alex Bini Ferreira



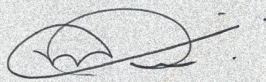
Jelci L. de Ré Motta



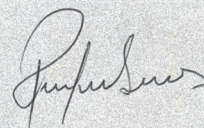
Paulo Oenning



Célio Baldussi



Nélida M. Guerreiro



Paulo J. da Silva

Copacol

